

A Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a Pré-História do Norte de Portugal: notas para a história da investigação dos últimos vinte e cinco anos

Susana Oliveira Jorge *

Introdução

1. Palavras prévias

Quando, após Abril de 74, se criaram diversas disciplinas de Pré-História na licenciatura de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, aquela área temática encontrava-se marginalizada no âmbito da investigação arqueológica do Norte de Portugal. Nessa época, a arqueologia estava polarizada pela chamada “cultura castreja”, ou seja, por uma problemática articulável com a Proto-História/Romanização do norte do país.

Ao longo do séc. XX, eruditos e alguns arqueólogos (portugueses e estrangeiros) haviam efabulado (com maior ou menor intuição) sobre o passado pré-histórico do Norte, sem nunca terem recorrido a testemunhos arqueológicos fiáveis, resultantes duma análise arqueográfica adequada. Devido a essa debilidade, não havia sido montado um discurso minimamente coerente, mesmo que elementar, sobre o passado anterior à Idade do Ferro. Há vinte e sete anos, a Pré-História do Norte de Portugal, enquanto saber e área de investigação, praticamente não existia.

Foi assim, num contexto de absoluto vazio de informação arqueográfica moderna (prospecções e escavações realizadas em moldes científicos) e dum aparente desinteresse pelo tema que, na segunda metade da década de 70, se deram os primeiros passos na constituição duma equipa apostada em “recuperar” a Pré-História do Norte de Portugal.

Nesta construção, a Faculdade de Letras da universidade do Porto, através dos seus docentes/investigadores e alunos, teve um papel decisivo. Formou não só pessoas, como ensinou metodologias e abordagens teóricas de ponta, que ainda hoje são referência na arqueologia pré-histórica peninsular.

Este texto pretende fornecer algumas pistas para a história da constituição dum “campo de conhecimento” que nasceu no seio da Universidade, mesmo que o seu aprofundamento tenha ocorrido em cenários que extravasaram necessariamente as suas fronteiras.

2. O ensino da Pré-História na Faculdade de Letras do Porto (1975 – 2002) ¹

• Após um interregno de cerca de dois anos, durante o qual se interrompeu e alterou o programa de estudos do curso de História existente à data de Abril de 1974 ², surge, em 1976/77, na FLUP, uma reforma curricular no âmbito daquela licenciatura.

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
E-mail: vojsoj@mail.telepac.pt.

¹ Agradecemos à Dr^a. Margarida Santos, responsável pelo Arquivo Central da FLUP e à Dr^a. Eugénia Matos Fernandes que lidera o Arquivo Central da Reitoria da U.P., todas as informações prestadas sobre o ensino da Pré-História nas licenciaturas da Faculdade de Letras, particularmente entre os anos lectivos de 1974/75 e 1980/81.

² Durante o ano lectivo de 1974/75 o 1º ano do curso de História não funcionou. No entanto, foi ministrada a disciplina de *Pré-História* para alunos de outros anos que ainda a não tinham concretizado. Em 1975/76, no quadro

Tal reforma tem um funcionamento exclusivamente interno e vigora durante os anos lectivos de 1976/77 e 1977/78. É então montada uma licenciatura de cinco anos (correspondendo três anos ao bacharelato e outros dois a pré-especializações). No que respeita à Pré-História, esta área temática vê a sua dimensão crescer em 1976/77: no 1º ano, com a disciplina de *Pré-História Geral* e no 4º e 5º anos com *Economia e Sociedade Pré-históricas*, *Pré-História Peninsular I e II*, *Arqueologia Pré-Histórica* e *Seminário de Pré-História*. Em 1977/78, ainda no contexto do mesmo figurino curricular, o 4º e 5º anos sofrem uma redução de disciplinas relacionadas com a Pré-História: são apenas ministradas *Pré-História Peninsular I e II* e o *Seminário de Pré-História I e II*.

- Em 1978 dá-se uma reestruturação, a nível nacional, dos cursos das Faculdades de Letras. Nesse âmbito, nasce a Variante de História de Arte e Arqueologia da licenciatura de História. Esta variante e o curso de História passam a ter, cada um, a duração de quatro anos.

Em História surge, no 1º ano, a disciplina de *Pré-História*, que ainda actualmente consta do plano de estudos desta licenciatura. Na Variante de História de Arte e Arqueologia (que apenas sobreviverá dois anos, entre 1978 e 1980) também só ocorre, no 1º ano, a disciplina de *Pré-História (Geral e Peninsular)*. Assim, com a autonomização da História de Arte e Arqueologia em relação à História, e paradoxalmente, volta-se, no que se refere à Pré-História, ao plano de estudos do curso de História vigente em Abril de 1974.

- Em 1980/81 cria-se a Variante de Arqueologia do curso de História, a qual, com alguns acidentes de percurso, permanecerá intacta até à constituição da licenciatura de Arqueologia em 1999/2000.

A Variante de Arqueologia (tal como a Variante de História de Arte, criada ao mesmo tempo) terá a duração de quatro anos, instituindo, no 1º ano, as disciplinas de *Origens do Homem e da Civilização* (com um conteúdo mais abrangente do que Pré-História) e *Pré-História Peninsular*. Simultaneamente, na Variante de História de Arte, também no 1º ano, surge *Arte da Pré-História*.

Em 1984/85, no âmbito das opções da Variante de Arqueologia, aparece a disciplina de *Arte da Pré-História e da Proto-História*.

Em 1987/88, no quadro da reestruturação curricular que cria os ramos científico e pedagógico da Variante de Arqueologia, dá-se uma “arrumação” diferente às disciplinas da Pré-História: no 1º ano passa apenas a existir *Pré-História* (restringe-se novamente o âmbito cronológico) e no 2º ano surge *Pré-História Peninsular*.

- Em 1999/2000 é criada uma *licenciatura* generalista em *Arqueologia*, também com a duração de quatro anos. Esta licenciatura prevê, no 1º ano, as disciplinas semestrais de *Origens do Homem e da Civilização (I e II)* e *Arqueologia Pré-Histórica Peninsular (I e II)*, e, no 4º ano, um *Seminário de Projecto* (anual, optativo).

A partir de 1999/2000 a Pré-História estará também presente na licenciatura de História de Arte numa disciplina do 1º ano: *Arte da Pré-História*.

- Em conclusão: de 1975 a 2002, no contexto das licenciaturas de História, Variante de História de Arte e Arqueologia, Variante de Arqueologia, Variante de História de Arte, Arqueologia e História de Arte (à excepção dos anos de 76 a 78, no curso de História), a área temática da Pré-História raramente conseguiu ultrapassar a divisão tradicional entre uma Pré-História Geral (de âmbito cronológico/cultural mais ou menos alargado) e uma Pré-História Peninsular, com incursões na Arte da Pré-História.

- A par da Variante de Arqueologia, surgiu, em 1989/90, o *primeiro mestrado de Arqueologia* da FLUP, que seria também o primeiro, deste teor, a nível nacional.

da licenciatura em História, que durava então cinco anos, foram criadas as disciplinas de *Pré-História Geral I*, *Pré-História Peninsular I*, *Arqueologia Pré-Histórica* e *Seminário de Pré-História*. Este ano lectivo de 1975/76 correspondeu a uma fase de transição que antecedeu a reforma curricular do curso de História de 1976/77.

Será no contexto dos mestrados de Arqueologia e ainda no do *mestrado de Arqueologia Pré-Histórica* (criado em 1996), que a Pré-História consolidará, na FLUP, a sua vertente curricular.

O quadro, em anexo, extremamente simplificado, regista o título e outras características das disciplinas específicas de Pré-História inseridas nos mestrados de Arqueologia, de 89 até à actualidade.

89/90	Mestrado de Arqueologia	<ul style="list-style-type: none"> – Megalitismo em Portugal (1º ano-anual) – Pré-História recente em Portugal: o IIIº milénio (1º ano-anual) – Tipologia das cerâmicas da Pré-História recente do Norte de Portugal (2º ano-anual, optativa) – Modelos Sociológicos da Pré-História recente da Europa Ocidental (2º ano-anual, optativa)
91/92	Mestrado de Arqueologia	<ul style="list-style-type: none"> – Megalitismo em Portugal I e II (1º ano-anual) – Pré-História recente em Portugal I e II (1º e 2º ano-anual) – Pré-História recente da Península – variabilidade regional (1º ano-anual, optativa) – Modelos Sociológicos em Arqueologia Pré-Histórica (1º ano-anual, optativa)
93/94	Mestrado de Arqueologia	<ul style="list-style-type: none"> – Pré-História de Portugal I e II (1º ano – 1º e 2º sem.) – Seminário para redacção de tese I e II (2º ano – 1º e 2º sem.)
96/97	Mestrado de Arqueologia Pré-Histórica	<ul style="list-style-type: none"> – Arte rupestre em Portugal (1º ano – 1º sem.) – Comunidades e paisagens: relações entre populações e meio-ambiente na Pré-História de Portugal (1º ano – 1º sem.) – Arquitecturas e construção simbólica da paisagem na Pré-História de Portugal (1º ano – 2º sem.) – Contributo das Ciências Naturais e Exactas à Arqueologia Pré-Histórica (1º ano – anual). – Seminário para redacção de tese I e II (2º ano – 1º e 2º sem.)
98/99	Mestrado de Arqueologia	<ul style="list-style-type: none"> – Arquitecturas e territórios na Pré-História recente da Península Ibérica I e II (1º ano – 1º e 2º sem.)
2000/2001	Mestrado de Arqueologia	<ul style="list-style-type: none"> – Arquitecturas e territórios na Pré-História recente da Península Ibérica I e II (1º ano – 1º e 2º sem.)

Se exceptuarmos o mestrado de Arqueologia Pré-Histórica, verifica-se que esta área não tem vindo a ganhar espaço nos mestrados de Arqueologia geral. Tal deve-se a duas razões principais:

– a primeira prende-se com a duração dos próprios mestrados. Enquanto que em 89/90 e 91/92 os mestrados tinham dois anos curriculares, a partir de 93/94 todos passaram a fornecer um só ano curricular (seguido dum ano para apresentação de tese). Esta facto determinou, pela própria lógica de funcionamento, uma retracção do número de disciplinas relacionadas com Pré-História;

– a segunda razão tem a ver com a implementação, nos últimos anos, de mestrados de Arqueologia cada vez mais generalistas: a especialização temática e/ou cronológica tende a ocorrer apenas ao nível da investigação com vista à apresentação de teses.

• Em conclusão: se omitirmos os anos de 76 a 78, durante os quais a licenciatura de História promoveu uma pré-especialização em Arqueologia pré-histórica, ou os anos de 89 a 97 (com excepção de 93 a 95), em que os mestrados de Arqueologia e Arqueologia pré-histórica ofereceram um leque mais variado de disciplinas adentro desta área, não se pode afirmar, em termos absolutos, que a FLUP, após Abril de 74, tenha sido um local particularmente vocacionado para o ensino da Pré-História em Portugal.

Apesar deste facto, a FLUP pode orgulhar-se de ter não só criado uma “escola” ligada ao ensino e investigação da Pré-História, como também ter contribuído de forma decisiva para a elaboração duma Pré-História recente do Norte de Portugal.

Tal sucesso deve ser imputado, em primeira instância, aos docentes/investigadores de Pré-História da Faculdade de Letras, que, ao longo de mais de vinte e cinco anos, no âmbito da sua acção pedagógica, e no quadro de projectos de investigação que orientaram, souberam promover qualidades e acalentar “talentos” entre os estudantes e todos quantos quiseram participar na aventura de se criar, de raiz, um campo novo de saber e de investigação.

3. Teses de Pré-História produzidas na Faculdade de Letras do Porto

- Entre 1994 e 2001 foram apresentadas na FLUP *vinete e duas teses de Pré-História* realizadas no âmbito dos *mestrados de Arqueologia e Arqueologia pré-histórica* (o primeiro, a funcionar desde 1989).

Dessas vinte e duas teses, onze versaram temas relativos à Pré-História do Norte de Portugal.

Actualmente encontram-se em preparação onze teses de mestrado em Pré-História, sendo seis sobre o Norte de Portugal.

Registe-se, assim, o elevado número de teses de mestrado nesta área temática (apresentadas e em preparação). Por outro lado, é de relevar que se cerca de metade das teses incidiu sobre questões da Pré-História do norte do país, a outra metade abrangeu ou abrange problemáticas relativas a outras regiões, tanto do centro como do sul, o que representa uma interessante implantação da FLUP em zonas exteriores à área geográfica de influência directa da Universidade do Porto.

- Independentemente das *teses de doutoramento de Pré-História* apresentadas na FLUP pelos actuais docentes/investigadores (uma delas orientadas por outro elemento da área), é de registar uma co-orientação, por parte dum elemento da equipa de Pré-História da Faculdade de Letras, numa tese de doutoramento de Pré-História apresentada, em 2000, na Universidade do Minho.

Encontram-se actualmente em preparação, sob a orientação de professores da FLUP, seis teses de doutoramento em Pré-História, sendo quatro sobre temáticas que abrangem o Norte de Portugal ³.

4. O enquadramento científico e institucional da Pré-História na Faculdade de Letras do Porto.

- A área da Pré-História dispõe actualmente de quatro docentes/investigadores, cujo percurso, no interior da Faculdade de Letras, se resume aqui de forma muito sucinta:

- Vítor Oliveira Jorge: entrou na FLUP, no ano lectivo de 74/75, como assistente eventual do curso de História. É actualmente professor catedrático de nomeação definitiva do Departamento de Ciências e Técnicas do Património (DCTP).

- Susana Oliveira Jorge: entrou como monitora do curso de História, na FLUP, no ano lectivo de 74/75; passou a assistente eventual, do mesmo curso, em 76/77. É actualmente profes-sora associada com agregação de nomeação definitiva do DCTP.

³ Como é óbvio, não se mencionam aqui os inúmeros júris, realizados na FLUP e em outras Universidades portuguesas, em que participaram (como arguentes ou simples vogais) os professores/investigadores de Pré-História da Faculdade de Letras da U. P.

– Maria de Jesus Sanches: entrou como assistente estagiária da Variante de Arqueologia da FLUP no ano lectivo de 84/85. É actualmente professora auxiliar de nomeação definitiva do DCTP.

– Sérgio Monteiro-Rodrigues: entrou como assistente convidado da Variante de Arqueologia da FLUP no final do ano lectivo de 95/96. É actualmente assistente (preparando uma tese de doutoramento) do DCTP.

Entre 1982/83 e 1987/88 exerceu na FLUP as funções de assistente estagiário, da Variante de Arqueologia, João Pedro Paiva Cunha-Ribeiro, o qual passou a assistente em 1987. Nessa qualidade, transitou para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1996.

- O enquadramento científico dos docentes/investigadores de Pré-História da FLUP deve muito ao contacto directo com alguns investigadores franceses que orientaram (ou orientam) as respectivas teses de doutoramento.

Referimo-nos, em primeiro lugar, e com especial destaque, ao *Doutor Jean Roche*, Maitre de Recherches do C.N.R.S. (Paris), o qual orientou as teses de doutoramento de Vítor Oliveira Jorge (1982) e Susana Oliveira Jorge (1986). Este investigador esteve ainda na origem duma escola concebida na FLUP, que fomentou estudos de Pré-História Antiga no norte e centro do país. Tal escola irradiou em diversas direcções ao longo das décadas de 70 e 80. Acrescente-se que a ligação de Jean Roche à Faculdade de Letras e, particularmente, ao sector da Pré-História, após Abril de 74, se deve muito ao empenho do Professor de Arqueologia Carlos Alberto Ferreira de Almeida.

No quadro do desenvolvimento das relações luso-francesas, não podemos deixar de mencionar o *Doutor Jean-Pierre Texier*, Directeur de Recherches do C.N.R.S. (Paris), o qual, na sequência de esforços desenvolvidos por Jean Roche, veio trabalhar para Portugal e foi co-orientador da tese de doutoramento de João Pedro Paiva Cunha-Ribeiro, gerada também no âmbito do sector de Pré-História da FLUP.

Àquele investigador também se devem contributos fundamentais no quadro dos estudos do quaternário do litoral minhoto, realizados pela Universidade do Minho.

Actualmente, o *Doutor Jean Guilaine*, Directeur de Recherches do C.N.R.S. e Professor no Collège de France (Paris) é co-orientador (juntamente com Susana Oliveira Jorge) da tese de doutoramento, em preparação, de Sérgio Monteiro-Rodrigues.

No âmbito de provas académicas realizadas pelos docentes/investigadores de Pré-História da FLUP colaboraram, ao longo dos anos, os seguintes professores, provenientes de outras Universidades: Prof. Doutor Jorge de Alarcão (Professor catedrático da Universidade de Coimbra); Prof. Doutor Martin Almagro-Gorbea (Professor catedrático da Universidade Complutense de Madrid, Espanha); Prof. Doutor Germán Delibes de Castro (Professor catedrático da Universidade de Valladolid, Espanha).

- A Pré-História, enquanto campo disciplinar e área de investigação, exerceu-se no âmbito da *Secção de História* entre 1975 e 1997, ano em que passou a desenvolver-se no interior da *Secção de Arqueologia* do *Departamento de Ciências e Técnicas do Património*. Paralelamente, funcionou no quadro do *Instituto de Arqueologia*, o qual se constituiu na FLUP em 1974, foi formalmente reconhecido pelo Conselho Científico em 1979, e dado internamente como extinto em 1998.

Contributos para uma sequência cronológico-cultural da Pré-História do Norte de Portugal

- Não se pode dizer que o contributo directo da Faculdade de Letras para a investigação da *Pré-História Antiga* do Norte de Portugal tenha sido importante. Tal contributo traduz-se primeiro, nos inícios dos anos 80, pela identificação paleolítica das gravuras de Mazouco, no Alto Douro (Jorge, S. O. *et al*, 1981; Jorge, V. O. *et al*, 1981-82). Ela abre uma porta inesperada para

um domínio completamente novo: o do estudo da arte rupestre ao ar livre do Paleolítico Superior. Quando mais tarde, na primeira metade da década de 90, se vem a descobrir a magnífica arte do Côa, tal descoberta confirma a correcta apreciação científica de Mazouco, realizada por um conjunto de docentes/investigadores da FLUP, ainda nos começos da década de 80.

Posteriormente, por várias razões conjunturais, o estudo das indústrias paleolíticas do Norte de Portugal foi sobretudo desenvolvido por um colega da Universidade do Minho (Meireles, J., 1992), o qual haveria de publicar uma tese de doutoramento sobre a ocupação pleistocénica e dos inícios do Holoceno nas praias elevadas do litoral minhoto⁴.

Entretanto, nos inícios da década de 90 publicou-se uma das poucas intervenções arqueológicas, no âmbito do Paleolítico, realizada por um então docente da FLUP e por alguém que, mais tarde, o viria a ser (Monteiro-Rodrigues, S. e Cunha-Ribeiro, J. P., 1991). Tal intervenção reportava-se à estação do Cerro (Madalena, Vila Nova de Gaia), onde, num depósito do Mindel-Riss, foram descobertas indústrias acheulenses.

A investigação de testemunhos paleolíticos no norte de país só voltaria a verificar-se sistematicamente após 1996, numa região completamente nova (o Alto Douro), no âmbito dos trabalhos de prospecção e escavação do Parque Arqueológico do Vale do Côa (Aubry, T., Carvalho, A. M., 1998). Tais estudos levaram à descoberta de estações acheulenses, do Paleolítico Médio e Superior, cuja investigação se encontra ainda em curso.

No domínio dum projecto de doutoramento, sobretudo orientado para a identificação das primeiras ocupações holocénicas da região de Freixo de Numão (Alto Douro), encontra-se actualmente em fase de análise uma provável ocupação do Paleolítico superior na estação do Prazo (informação pessoal de S. Monteiro-Rodrigues, que agradecemos).

A partir de 2000 foram realizadas duas breves sínteses, oriundas da FLUP, que reflectem o estado da investigação da Pré-História Antiga na região do Porto e do Vale do Douro (Monteiro-Rodrigues, S., 2000 b; *idem*, no prelo).

Contudo, e apesar do que foi referido, a inexistência, na FLUP, dum trabalho de fundo dirigido para a realização de teses de mestrado ou de doutoramento, por parte dos docentes/investigadores da “casa”, contribuiu para diminuir a importância dada ao Paleolítico do Norte de Portugal, não só como área autónoma de investigação, mas também como espaço formativo ligado à docência⁵.

• A Faculdade de Letras do Porto contribuiu, de forma determinante, na elaboração duma *Pré-História Recente* do Norte de Portugal.

Por uma questão de comodidade de exposição passaremos em revista os vários contributos provenientes da FLUP, seguindo uma sequência cronológica convencional da Pré-História (usando datas calibradas): IX – meados do V milénio a. C. (Epipaleolítico – Mesolítico – Neolítico antigo); meados do V a finais do IV milénio a. C. (Neolítico médio-final); finais do IV a meados do III milénio a. C. (Calcolítico); meados/finais do III a finais do II milénio a. C. (Bronze antigo e médio); finais do II ao séc. VIII a. C. (Bronze Final). Ressalvemos o carácter necessariamente esquemático (e até relativamente arbitrário) destes segmentos do tempo, que, por vezes, se revêem mal na região que nos importa retratar.

– Já na década de 80 tínhamos sido confrontados com a possibilidade de existirem indústrias líticas macrolíticas, no litoral minhoto, de cronologia holocénica (Meireles, J., 1992).

⁴ Na Faculdade de Letras do Porto, João Pedro Cunha-Ribeiro, durante vários anos, docente e investigador da Pré-História Antiga, dedicou-se a estudos sobre o Paleolítico no Centro de Portugal, concluindo uma tese de doutoramento sobre este mesmo tema na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde é actualmente professor. Foi durante a década de 80 directo colaborador do Projecto de estudo arqueológico da Serra da Aboboreira.

⁵ Ressalve-se, naturalmente, trabalhos pontuais realizados por docentes da FLUP e, sobretudo, o enquadramento dado a alunos de licenciatura e de mestrado, sempre que estes manifestaram interesse pelo tema da Pré-História Antiga.

Entretanto, investigações no litoral galego, durante as décadas de 80/90, alertavam-nos para a existência de ocupações epipaleolíticas datadas do VIII/VII milénios a. C. (Fábregas Válcara, R. *et al*, 1997).

É na segunda metade da década de 90 que, quase ao mesmo tempo, se retomam as investigações do *Epipaleolítico-Mesolítico* do Norte de Portugal.

Por um lado, abre-se uma frente de estudo em abrigos da Serra da Cabreira (Alto Minho), destinada a complementar os estudos realizados, anos antes, nas praias elevadas do Minho (informação pessoal de J. Meireles, da Universidade do Minho, que agradecemos). Tal investigação prossegue actualmente com resultados muito positivos, no sentido de se comprovar a existência de ocupações holocénicas, pré-cerâmicas, associadas a materiais líticos de tipologia muito específica.

Por outro lado, em pleno Alto Douro, na área de Freixo de Numão, e no âmbito dum projecto de doutoramento a desenvolver-se na FLUP, já anteriormente referido, descobre-se, na estação do Prazo, previamente mencionada, uma extraordinária sequência estratigráfica abrangendo níveis do Paleolítico Superior (para os quais ainda não se possuem datações), do Epipaleolítico-Mesolítico e do Neolítico antigo (Monteiro-Rodrigues, S., 2000 a). Os níveis conectáveis com o Epipaleolítico – Mesolítico apresentam um excelente conjunto de datas de radiocarbono, entre o IX e os VII/VI milénios a. C. Nesses níveis ocorrem vestígios de estruturas habitacionais associadas a uma indústria lítica em quartzo e quartzito, muito atípica (informação pessoal de S. Monteiro-Rodrigues, que agradecemos). Dada a proximidade espacial com o Rio Côa e, inclusivamente, com gravuras descobertas naquela região, de “estilo epipaleolítico”, aguardamos com expectativa o desenrolar dos estudos nesta estação e área envolvente para o período em questão.

– Quando, em meados dos anos 80, colocávamos vagamente a hipótese duma “ocupação neolítica” (não megalítica), em Trás-os-Montes Ocidental, filiada na “cultura das grutas andaluzas” (Jorge, S. O., 1986), ou, em 1990, insistíamos numa “neolitização das regiões interiores” da Península Ibérica (Jorge, S. O. 1990), tais intuições baseavam-se na valorização de alguns indícios regionais, no quadro da chamada “neolitização” peninsular.

Ao longo da década de 80 tinham-se acumulado vestígios de ocupações anteriores ao fenómeno sepulcral megalítico do V milénio a. C. Na *Serra da Aboboreira* (Douro Litoral), onde desde 1978 se havia iniciado um ambicioso projecto de arqueologia espacial, tinham-se exumado materiais cerâmicos e/ou líticos de difícil classificação (para a época), em solos enterrados sob os túmulos, e/ou nas terras das mamoa (por ex., Furnas 2, Chã de Santinhos 1 e 2 ou Mina do Simão) (Jorge, V. O., 1984; *idem*, 1985 *idem*, *et al*, 1987). Também em sítios abertos, ainda na Serra da Aboboreira, próximos de linhas de água, haviam sido descobertos materiais cerâmicos e líticos (por ex., alguns micrólitos), cuja tipologia sugeria uma cronologia pré-megalítica: Tapado da Caldeira (Jorge, S. O., 1980 a) e Lavra I (Sanches, M. J., 1988).

Em 1988, escavações no abrigo de *Fraga d’Aia*, em S. João da Pesqueira (margem esquerda do Douro), haveriam de revelar vestígios arqueológicos (posteriormente datados pelo radiocarbono) que apontavam para várias ocupações efémeras, uma delas muito antiga, provavelmente do VI/V milénio a. C. (Jorge, V. O. *et al*, 1988 b). Esta ocupação contava com a presença de cerâmicas lisas e decoradas, objectos líticos microlíticos, artefactos de pedra polida, elementos de moinhos manuais e ainda vestígios de ovicaprídeos. Tal descoberta, nos finais da década de 80, abria um novo campo de investigação no Norte de Portugal: a caracterização dum Neolítico antigo, com semelhanças, pelo menos formais, em outros contextos peninsulares.

É na primeira metade dos anos 90 que se escava e publica (no quadro duma tese de doutoramento) o nível IV do abrigo do *Buraco da Pala* (Mirandela) (Sanches, M. J., 1997). Tal publicação, para além de dar a conhecer, em toda a sua extensão, uma ocupação neolítica dos finais do VI/inícios do V milénio a. C. (na qual está presente trigo e cevada, o que é excepcional a nível peninsular), realiza, pela primeira vez, o enquadramento regional da problemática do Neolítico antigo.

A segunda metade dos anos 90 é fértil em descobertas e estudos subsequentes relativamente a esta nova frente de investigação. Por um lado, descobrem-se níveis cerâmicos nos abrigos da Serra da Cabreira (Alto Minho), na sequência dos trabalhos ali conduzidos por J. Meireles, anteriormente mencionados. Por outro lado, no contexto dos trabalhos de prospecção e escavação do Parque Arqueológico do Vale do Côa (Aubry, T. e Carvalho A. M., 1998; Carvalho, A. F., 1999), surgem estações integráveis nesta ambiência cultural.

Contudo, é na estação do Prazo (Freixo de Numão), no Alto Douro, que se tem vindo a realizar o trabalho mais sistemático (ainda em curso), também no âmbito duma tese de doutoramento gerada na FLUP (Monteiro-Rodrigues, S., 2000 a). A estação do Prazo é importante a vários títulos: – revela uma sequência estratigráfica notável, entre o Paleolítico superior e o Neolítico antigo, sem aparentes descontinuidades de ocupação entre o VIII e o V milénios a. C.; – apresenta um conjunto apreciável de datas de C 14 para os níveis holocénios, “fixando” o início do Neolítico antigo entre o VI e o V milénios a. C.; – encerra vestígios habitacionais mesolíticos, reutilizados no Neolítico antigo; – integra, entre os materiais líticos neolíticos, uma grande variedade de utensílios microlíticos (alguns em sílex), que estão a ser alvo duma análise técnico-morfológica aprofundada; – permite sustentar uma hipótese de modelo de ocupação do espaço (pelo menos entre o VIII e o V milénio a. C.) que sugere uma continuidade cultural na micro-região em que a estação se insere.

No estado actual dos nossos conhecimentos, *o vale do Douro e seus afluentes* surge como uma região de grande potencial para o conhecimento da natureza económica e social dos caçadores-recolectores do VI/V milénio a. C., que, manuseando elementos do sistema produtor, se mantêm fortemente ligados a uma economia de amplo espectro.

– A caracterização do *Neolítico médio-final* deve muito ao desenvolvimento, a partir de finais de 70/inícios de 80, de *projectos de investigação centrados na Serra da Aboboreira* (Douro Litoral) e *na Região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar* (Trás-os-Montes Ocidental) e, a partir de meados de 80, *no Planalto Mirandês* (Trás-os-Montes oriental/Alto Douro). No primeiro caso tratou-se dum projecto inicialmente concebido e liderado por V. O. Jorge, no âmbito da preparação duma tese de doutoramento. A este projecto agregaram-se outros investigadores da FLUP e da Universidade do Porto. Destaque-se a colaboração de A. A. H. B. Gonçalves, investigador da Faculdade de Ciências da U. P. que, durante mais duma década, participou no Projecto de estudo arqueológico da Serra da Aboboreira e que, actualmente continua a colaborar com a Secção de Arqueologia do DCTP. Tal projecto transformou-se, com o decorrer do tempo, num programa de arqueologia espacial, abarcando praticamente toda a Pré-História Recente. Ao aprofundamento deste programa de investigação, durante mais de vinte anos, se devem algumas das descobertas mais marcantes da Pré-História Recente do Norte de Portugal. No segundo caso, também realizado no quadro da preparação de uma tese de doutoramento, tal projecto destinou-se ao estudo duma vertente do povoamento duma determinada região, tendo sido conduzido por S. O. Jorge. No âmbito deste trabalho foram identificados os primeiros povoados sedentários de Neolítico final no norte do país. No terceiro caso, efectuado no contexto da preparação de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, foram reconhecidos os primeiros sepulcros e povoados sedentários desta época, no Alto Douro. Estes estudos foram orientados por M. J. Sanches.

Ao Neolítico médio-final (meados do V/finais do IV milénio a. C.) atribuem-se actualmente diversos testemunhos arqueológicos, sendo importante destacar (quer pela monumentalidade, quer pelo número) *os sepulcros sob “tumulus”* (ou mamoas).

Estudos quer na necrópole da Serra da Aboboreira (por ex., Jorge, V. O., 1982, 1989, 1991; Jorge, V. O. e Bettencourt, A., 1988 a), quer na necrópole de Sabrosa (Trás-os-Montes Ocidental) (Gonçalves, A. H. B. e Cruz, D. J., 1994), quer em Trás-os-Montes (Sanches, M. J., 1992, 1994, 1997), quer na necrópole de Castro Laboreiro (Alto Minho) (Jorge, V. O. *et al*, 1997), para já não falar nos trabalhos executados em sepulcros dispersos pelo Minho e pelo Douro Litoral, sempre brevemente referenciados (Silva, E. J. L., 1994), ajudaram a revelar os redutoramente chamados “monumentos megalíticos” deste período.

Tais “monumentos” sepulcrais ocorrem sobretudo no Minho/Douro Litoral e na parte ocidental de Trás-os-Montes, rareando a leste.

Os estudos citados, entre muitos outros, apontam para várias evidências: – as *arquitecturas tumulares* são não só tipologicamente *heterogêneas*, como indiciam *rituais sepulcrais muito variados*; – sob os “*tumuli*” podem incluir-se quer arquitecturas megalíticas (dólmenes simples ou dólmenes de corredor), quer fossas, ou outro tipo de estruturas muito frágeis (casos confirmados quer na necrópole da Serra da Aboboreira, quer no Planalto Mirandês); – em certas necrópoles melhor investigadas foi possível constatar uma *diacronia longa*, entre o Neolítico médio e, pelo menos, o Bronze inicial. Existem suspeitas de que tal utilização possa, em certos casos, atingir o Bronze final. As necrópoles crescem, entre o Neolítico médio e o Bronze inicial (segundo o modelo testado na Serra da Aboboreira), através dum *processo de adição*: vão-se construindo novos monumentos em torno de outros mais antigos; – em certos monumentos megalíticos abertos (câmaras simples ou câmaras com corredor) houve um processo de reutilização do espaço funerário que, no entanto, não deve ter sido muito prolongado; – nestes *monumentos abertos*, e sobretudo, nos dólmenes de corredor, ocorre, por vezes, uma “*arte*” esquemática, acentuadamente específica destes sepulcros, que se relaciona com o forte papel polarizador destes “túmulos-templos” do Neolítico final. Sobre a dita “arte megalítica” publicou-se um artigo fundamental nos finais da década de 90 (Jorge, V. O., 1998); – sobre a *datação* destes sepulcros possui-se hoje uma cronologia absoluta extremamente fiável, graças a vários contributos. Sem dúvida, o principal resultou do investimento realizado na Serra da Aboboreira (Alonso Matthias, F. e Bello Dieguez, J. M^a., 1997). Aos poucos colegas que publicamente ainda duvidam da coerência da cronologia absoluta da necrópole da Serra da Aboboreira, só podemos desejar que tenham a paciência de rever a publicação de todos os contextos datados. A obtenção de tal cronologia decorre dum esforço colectivo ímpar na história da arqueologia peninsular, no campo das arquitecturas funerárias pré-históricas, só possível pela persistência, no terreno, ao longo de duas décadas, de uma vasta equipa de arqueólogos, coadjuvada por especialistas dos mais diversos ramos.

Acrescentemos ainda que, para além dos trabalhos referidos sobre a diacronia dos sepulcros sob “*tumulus*”, devemos ter em conta as reflexões vindas dum colega da Universidade de Coimbra (antigo colaborador do Projecto da Serra da Aboboreira), que muito ajudaram a enriquecer a problemática em causa (Cruz, D. J., 1992, 1995).

Para além dos sepulcros sob “*tumulus*”, foram identificados outros contextos arqueológicos para o período em questão: em primeiro lugar, povoados abertos, sedentários, como Vinha da Soutilha (Chaves) ou Castelo de Aguiar I (V^a. P^a. de Aguiar) em Trás-os-Montes ocidental (Jorge, S. O., 1986), ou ainda Barrocal Alto (Planalto Mirandês) em Trás-os-Montes oriental (Sanches, M. J., 1992); em segundo lugar, ocupações mais ou menos efémeras, como no abrigo do Buraco da Pala III/II (Mirandela), em Trás-os-Montes (Sanches, M. J., 1997). Nestes contextos domésticos (nomeadamente na área de Chaves/Vila Pouca de Aguiar) descobre-se uma cerâmica com decoração exuberante, com origem provável nos finais do IV milénio a. C., que integra organizações metopadas tradicionalmente incluídas no Bronze final (Almeida, C. A. F., 1974). Também aqui a investigação provoca um volte-face: cerâmicas que eram anteriormente atribuídas ao Bronze final, estabelecendo uma hipotética transição para a chamada “cultura castreja”, são agora inseridas num período global que abarca o Neolítico final – Calcolítico. Sobre a história das pesquisas desta temática leia-se um trabalho de 86 (Jorge, S. O., 1986, I – A, pp. 17 – 27).

É já na década de 90 que se desenvolvem análises viradas para a “arte esquemática” holocénica e se aborda a natureza das estelas/estátuas-menires antropomórficas de Trás-os-Montes e Alto Douro, tradicionalmente vinculadas exclusivamente ao Calcolítico/Bronze inicial.

Na verdade, na sequência de um estudo colectivo anterior (Jorge, V. O., *et al*, 1988 b) sobre o abrigo de Fraga d'Aia, na margem esquerda do Douro, e duma síntese sobre a arte rupestre portuguesa (Jorge, V. O. e Jorge, S. O., 1995), publicam-se, em 1997, as pinturas dos abrigos da Serra de Passos (Mirandela), no quadro problemático da chamada “arte esquemática”

de Trás-os-Montes e Alto Douro (Sanches, M. J., 1997). Em 1999, e após algumas referências publicadas de forma sucinta (Sanches, M. J., 1996, 1997), realiza-se um estudo específico sobre a eventual cronologia, a tipologia e a filiação das estelas do santuário do Cabeço da Mina (Vila Flor), no âmbito mais alargado da proto-estatuária contemporânea da Península Ibérica (Jorge, S. O., 1999 b). De acentuar que o santuário do Cabeço da Mina é o único contexto preservado conhecido na Península Ibérica. A sua importância óbvia deveria requerer um projecto de investigação levado a cabo por uma equipa de pré-historiadores e outros especialistas, congregados no estudo e na valorização pública dum património de estatuto excepcional.

Finalmente, diga-se que todas as manifestações simbólicas referidas (santuários de arte rupestre ou de estelas/estátuas-menires) são de difícil datação. A “arte esquemática” pode ter uma origem muito antiga, representando, nesta fase de afirmação das primeiras sociedades agrárias, um papel decisivo na aglutinação comunitária. Quanto às estelas/estátuas-menires de tipo Cabeço da Mina, podem ter-se visibilizado ainda no IV milénio a. C., ou seja, em pleno Neolítico final. Contudo, dada a iconografia da maior parte das peças conhecidas, é de crer que tenham permanecido em funções ao longo do III milénio a. C., já durante o Calcolítico.

No geral, o Neolítico médio-final caracteriza-se pela afirmação dum fenómeno sepulcral de tipo monumental que certamente polarizou as identidades das primeiras comunidades agropastoris. Mas a investigação também mostra que, durante este período, emergiram outros cenários demonstrativos da “fixação” dos grupos a vastos territórios. Sobre estes operaram-se transformações decisivas no longo processo de domesticação (em todos os sentidos possíveis) da terra do Norte de Portugal.

– A investigação do *Calcolítico* do Norte de Portugal foi desenvolvida não só no âmbito da preparação de provas académicas, de que resultaram livros publicados (Jorge, S. O., 1986; Sanches, M. J., 1992, 1997), mas também no quadro de projectos concebidos e realizados posteriormente. Referimo-nos a estudos de povoamento, actualmente em curso, na região de Murça (Trás-os-Montes) (dirigidos por M. J. Sanches) e na região de Freixo de Numão – Horta do Douro (Alto Douro) (orientados, respectivamente, por S. O. Jorge e V. O. Jorge). De facto, foi no âmbito destes novos projectos que, já na segunda metade da década de 90, se deu um salto qualitativo na caracterização das complexas comunidades dos finais do IV^o/III^o milénio A. C.

O que sabíamos nós até meados de 90?

Sabíamos que as sociedades calcolíticas se tinham adaptado a ecologias muito diferenciadas, explorando territórios muito heterogéneos na sua potencialidade agro-pastoril. Sabíamos também que dominavam de forma desenvolta a agricultura e o pastoreio e que aproveitavam habilmente recursos provenientes de ecossistemas complementares. Povoados como Vinha da Soutilha, Pastoria, S. Lourenço, Castelo de Aguiar II (Trás-os-Montes ocidental) ou Barrocal Alto II e Cunho (Trás-os-Montes oriental/Alto Douro) eram apenas a ponta dum “iceberg” que indicava um domínio geral da domesticação da terra extremamente diversificado e maleável. A produção doméstica observada nestes povoados sintonizava com populações implantadas em territórios provavelmente mais restritos, mas também mais continuamente ocupados. Alguns esboços de cartas de prospecção forneciam tendências de “redes de povoamento” mais densas do que as identificadas para o V/IV milénio a. C. Por outro lado, entre os materiais domésticos sobressaíam vasos cerâmicos profusamente decorados. Em áreas como Chaves – Vila Pouca de Aguiar, a percentagem de vasos decorados atingia, em certas estações, 80 % da amostragem total. A provável relação entre a estilística decorativa dos vasos domésticos e as relações sociais dos grupos calcolíticos não tinha passado despercebida (Jorge, S. O., 1986; Sanches, M. J., 1997). Para a região de Chaves colocava-se a hipótese, em meados de 80, duma correlação entre a intensificação económica/competição comunitária e a complexidade da estilística da cerâmica doméstica (Jorge, S. O., 1986). Os famosos vasos de “tipo Penha”, adstritos nos inícios da década de 70 ao Bronze final (Almeida, C. A. F., 1974), não só se inseriam, na década de 80, no Calcolítico, como eram considerados comutadores importantes nas relações de interacção/conflito das sociedades do III milénio a. C. na região de Chaves.

Para além destes dados resultantes de escavações em povoados, o que sabíamos nós sobre a forma dos grupos calcolíticos tratarem os seus mortos? Por sinal, sabíamos bem pouco. Todas as necrópoles neolíticas anteriormente referidas, apresentavam (aparentemente) um hiato entre o Neolítico final e o Calcolítico final, período em que, em muitos sepulcros, surgia uma “intrusão campaniforme”. De facto, a cerâmica campaniforme (raramente acompanhada de artefactos metálicos) aparecia tardiamente, normalmente “revolvendo” os contextos sepulcrais neolíticos. Num caso, na Serra da Aboboreira (Douro Litoral), estávamos, em Chã do Carvalhal 1, perante um túmulo (de tradição megalítica) construído em época campaniforme (Cruz, D. J., 1992). A regra, no entanto, contemplava “violações campaniformes” em sepulcros neolíticos. Onde estavam os túmulos calcolíticos, de finais do IV a meados do III milénio a. C.? Se aceitássemos a diacronia proposta para a necrópole da Serra da Aboboreira (Jorge, V. O., 1991; Cruz, D. J., 1992), como interpretar a aparente descontinuidade entre finais do III e a primeira metade do II milénio a. C., ou seja, entre, por ex., Chã do Carvalhal 1 e Outeiro de Gregos 1?

Por falar em cerâmica campaniforme, ela intersectava múltiplos contextos: sepulcros neolíticos, da mais diferente tipologia, e povoados tão diversos como Pastoria (Chaves) ou Tapado da Caldeira (Baião) (Jorge, S. O., 1986; Cruz, D. J., 1991, 1992). Esta cerâmica ocorria tanto no litoral como no interior. Alguns contextos domésticos haviam reelaborado o padrão campaniforme clássico em vasos comuns, criando novas decorações à base do que se convencionou chamar “impressões penteadas” (Jorge, S. O., 1986). Mas estava por fazer uma reinterpretação da natureza da circulação dos “*items*” campaniformes.

O que mudou a partir de meados de 90?

Mudou sobretudo a maneira de “olhar”. Não é por acaso que apareceram “novos sítios” em diferentes regiões transmontanas e alto durienses. Que sítios são esses?

– Os *recintos murados*, localizados no alto de colinas ou morros, aproveitando ou não fragas bem destacadas na paisagem, são rodeados por taludes e plataformas monumentais. Castelo Velho de Freixo de Numão (Jorge, S. O., 1993, 1994, 1998 a, b, 1999 c), Castanheiro do Vento (Jorge, V. O. *et al.*, 2002) (Alto Douro) ou Crasto de Palheiros (Trás-os-Montes) (Sanches, M. J., 1997, no prelo a, b) são exemplos destes *espaços monumentais* no Norte de Portugal. Estes sítios destinam-se certamente a ser vistos de longe, mas igualmente a marcar simbolicamente “fronteiras” identitárias. O que ocorria no seu interior suscita ainda discussão. Mas a concepção planeada destes imponentes dispositivos arquitectónicos, destinados a manter-se activos durante muitas centenas de anos, fala-nos duma outra maneira de domesticar a paisagem e de a representar simbolicamente.

Pela primeira vez as sociedades constroem “monumentos” resultantes duma intervenção grandiosa na paisagem natural. O morro ou “fraga” são esculpidos e, dessa forma, transformados em “arquitecturas” com uma intenção de perenidade nunca observada anteriormente. Estes “monumentos” eram feitos para a eternidade⁶.

– O *celeiro* do Buraco da Pala (Mirandela) (Sanches, M. J., 1997) é um outro tipo de sítio: um abrigo no alto da Serra de Passos, cuja entrada se vê de grande distância. No final da ocupação do abrigo, ele foi utilizado para armazenar grande quantidade de produtos alimentares. A certa altura o “celeiro” foi incendiado e, dessa forma, o material armazenado chegou carbonizado até nós.

O Buraco da Pala pode ter sido um sítio de entesouramento de bens alimentares com carácter simbólico que, num determinado momento, se quis “condenar” deitando-lhe fogo. Fala-nos duma forma de armazenar/ostentar/condenar riqueza, numa sociedade que manipulava socialmente excedentes.

⁶ A noção de “recinto murado”, “recinto monumental” ou ainda “lugar monumentalizado” surge na sequência duma discussão sobre a operacionalidade do conceito de “povoado fortificado” no Calcolítico peninsular.

Tal discussão teve pela primeira vez lugar no âmbito de uma lição, em provas de agregação, realizada em Março de 94 na FLUP (Jorge, S. O., 1994).

– O *santuário* do Cabeço da Mina (Vila Flor), já anteriormente referido, é também um sítio novo. Podendo ter sido edificado nos finais do IV milénio a. C., ele ergue-se num vale extremamente fértil, sobre um morro que se destaca na paisagem (Sanches, M. J., 1996, 1997; Jorge, S. O., 1998 b; *idem*, 1999 b). No topo deve ter existido um recinto com pequenas este-las e estátuas-menires em granito e em xisto. Trata-se de pequenos monólitos. Em alguns foram feitas gravações de motivos anatómicos (olhos, nariz, boca e, eventualmente, pernas e/ou sexo) e de motivos complementares (cintos, insígnias (?), colares, etc.). Predomina nestes monólitos um grande esquematismo e estão ausentes as armas.

Cabeço da Mina é um sítio paradigmático, único na Península Ibérica, com filiações estilísticas na ambiência calcolítica mediterrânica ocidental. Que relação haverá entre este tipo de recinto e outros como Castelo Velho de Freixo de Numão? Que relação poderá haver entre estes “lugares religiosos” e a relativa dispersão no espaço de santuários rupestres com pinturas e gravuras?

– Recentemente foi descoberta e estudada uma *pequena estrutura com ossos humanos* no sítio de Castelo Velho (Jorge, S. O., 1998; Jorge, S. O. *et al*, 1998/99). Nela tinham sido ritualmente depositados ossos de vários indivíduos (uma criança, vários adolescentes e jovens adultos) em associação com pesos de tear, fragmentos de vasos cerâmicos e fauna. Trata-se dum contexto funerário completamente novo, alheio ao padrão de tumulação do Neolítico médio-final: encontrava-se no interior dum recinto monumental multifuncional; era constituído por uma estrutura pétrea dissimulada com pequenas pedras; integrava uma provável inumação primária mutilada e várias inumações secundárias em estreita interacção ritual ⁷.

Com a descoberta desta forma de enterramento abre-se a porta para uma nova frente de investigação, em colaboração com antropólogos (físicos e culturais) e historiadores: o estudo dos rituais de manipulação dos mortos na Pré-História Recente do Norte de Portugal.

Junto ao rio Douro, num seu terraço, muito próximo do sítio de Castelo Velho, em Vale da Cerva, são conhecidas *cistas sem “tumulus”*, contendo inumações primárias individuais, associadas a um espólio escasso. Recentes datações absolutas propõem uma genérica contemporaneidade destas cistas com a estrutura ritual de Castelo Velho (Cruz, D. J., 1998; Cruz, D. J. *et al*, 1998).

Enfim, parece que o padrão tumular calcolítico se revê numa certa “invisibilidade arquitectónica”, mas sugere uma gama diversificada e complexa de situações rituais.

– Finalmente, voltemos à *problemática campaniforme*. A recente descoberta, em Crasto de Palheiros (Murça) (Sanches, M. J., no prelo a, b) duma grande quantidade de vasos campaniformes no topo do recinto monumental, e em Castelo Velho (V^a. N^a. de Foz Côa) dum fragmento de vaso campaniforme cordado (Jorge, S. O., no prelo b) induz-nos à revisitação do fenómeno campaniforme no Norte de Portugal.

Em primeiro lugar, estas duas últimas descobertas não ocorrem em sepulcros ou povoados mas num outro tipo de sítios, os agora chamados “recintos monumentais”. Aliás, fragmentos campaniformes também apareceram recentemente no recinto similar de Castanheiro do Vento (Jorge, S. O., no prelo b; Jorge, V. O., *et al*, 2002).

Assim, a presença de cerâmicas de excepção neste tipo de lugares, é mais uma pista no sentido de, no seu interior, se terem realizado actividades cerimoniais, eventualmente conduzidas pelas elites da época. Também na Beira Alta, no recinto de Fraga da Pena (Fornos de Algodres) (Valera, a. C., 2000) constatamos a presença de cerâmica campaniforme num lugar monumentalizado.

Em segundo lugar, a ocorrência singular dum AOC em Castelo Velho vem desencadear uma série de questões: – como “chegou” tão ao interior (a mais de 100 Km em linha recta da

⁷ O registo, levantamento e primeira interpretação das características das inumações ocorreu em campo, com a colaboração da antropóloga Célia Lopes da equipa de Eugénia Cunha da Universidade de Coimbra. O estudo osteológico total foi realizado posteriormente (Antunes, M. T. e Cunha, S., 1998). Encontra-se em preparação um *estudo interdisciplinar* visando reconstruir cenários possíveis relacionados com a manipulação dos mortos antes e durante a deposição ritual nesta estrutura pétrea.

costa) um vaso cordado clássico, sendo certo que este tipo de vaso cerâmico surge normalmente em estações litorais ou peri-litorais?; – como explicar esta presença excepcional, quer a nível local, quer peninsular: um único vaso em Castelo Velho, num universo de milhares de fragmentos cerâmicos e de algumas centenas de vasos fabricados localmente, segundo padrões regionais; muito poucos vasos, a nível peninsular, dispersos apenas por uma dezena de estações?

A cerâmica campaniforme, em geral, atravessa contextos e regiões. Para além da necessidade de conhecermos as motivações contextuais que levaram diversos grupos a fabricar e utilizar o mesmo *item* de prestígio supra-regional, torna-se incontornável investigar os mecanismos de difusão e circulação duma determinada “imagem de marca” das elites do III milénio a. C.

– A abordagem da *Idade do Bronze antigo e médio* foi realizada pela primeira vez no âmbito do já citado Projecto da Serra da Aboboreira. Em primeiro lugar, identificaram-se monumentos baixos (“cairns”), construídos ao lado de sepulcros neolíticos (por ex., Outeiro de Gregos 1 e Meninas do Crasto 4) (Jorge, V. O., 1980, 1982, 1995; Cruz, D. J., 1992, 1995). Para além da descoberta destas novas arquitecturas, foi inovador compreender que as sociedades de finais do III/primeira metade do II milénio a. C. edificaram os túmulos dos seus mortos nos mesmos espaços cénicos valorizados pelos antepassados neolíticos. Havia, assim, um propósito de continuidade, ao sacralizarem-se as antigas necrópoles do V/IV milénios a. C., em plena Idade do Bronze.

Mas também no quadro do Projecto da Serra da Aboboreira, e numa área periférica do núcleo da necrópole neolítica, foram descobertos sepulcros completamente novos, sem paralelo na própria área de estudo: as “fossas” de inumações individual de Tapado da Caldeira (Jorge, S. O., 1980 b). Estas sepulturas do Bronze médio, situadas nas proximidades dum povoado contemporâneo (Bouça do Frade) (Jorge, S. O., 1988), estabeleciam uma ruptura com a tradição tumular do Bronze antigo na mesma micro-região: eram sepulturas sub-rectangular sem “*tumulus*”, abertas no granito de base; eram sepulturas de inumação individual, contendo, cada uma, apenas um vaso, como oferenda funerária; eram sepulturas contíguas a um povoado contemporâneo sedentário, revelando complexidade económica e social; os vasos funerários indicavam relações supra-regionais, nomeadamente com a Meseta Norte.

Finalmente, ainda no âmbito do Projecto da Serra da Aboboreira, foram descobertos e estudados os primeiros povoados sedentários com origem no Bronze antigo e/ou médio: por ex., Bouça da Frade (Jorge, S. O., 1988). Nestes locais reavaliaram-se, pela primeira vez, a nível peninsular, as chamadas “fossas abertas no saibro”. Estas “fossas” eram tradicionalmente enquadradas no contexto doméstico (“fundos de cabanas”) ou tumular.

A análise do povoado da Bouça do Frade (Jorge, S. O., 1988) veio acentuar a multiplicidade de funções destas estruturas, privilegiando a função doméstica e, adentro dela, a de “silos” (utilização primária) e a de “fossas-detriticas” (utilização secundária). A presença de grandes “silos”, para conter certamente grandes quantidades de excedentes, colocava em questão o sistema de desenvolvimento da exploração do território e do nível de subsistência de sociedades já plenamente integradas na “engrenagem” agro-pastoril.

Seria posteriormente uma colega da Universidade do Minho que iria desenvolver, na bacia do Cávado, a pesquisa de, pelo menos, duas questões levantadas na Serra da Aboboreira (Bettencourt, A. M., 2000): certas comunidades da primeira metade do II milénio a. C. encontravam-se fixadas em territórios que exploravam de forma muito diversificada e eficaz; existia neste período uma grande variedade de localização e de arquitecturas sepulcrais associadas a rituais funerários muito complexos, de difícil interpretação. Tal quadro coincide, no geral, com o que é proposto por outro antigo colaborador do Projecto da Aboboreira, para a Beira Alta e o Noroeste (Cruz, D. J., 1995, 1998). Apesar da maior “invisibilidade” arqueológica dos contextos tumulares deste período, eles devem ter-se constituído como importantes arenas de consolidação de poder de novas elites em ascensão.

Estas elites que, por ex., se encontram representadas em “estelas” armadas, como a de Longroiva (Meda) (Jorge, S. O., 1999 a), ou em santuários de arte rupestre, como o do Monte

da Laje (Valença) (Cunha, A. M. L. e Silva, E. J. L., 1995), também reutilizavam recintos monumentalizados, de origem calcolítica, como o de Castelo Velho de Freixo de Numão (Jorge, S. O., 1998 a) ou Castanheiro do Vento (Jorge, V. O. *et al.*, 2002). E nestes “locais especiais” manipulavam vasos cerâmicos que indiciavam contactos com a Meseta Norte (cerâmica de “tipo Cogeces”), tal como já ocorria na Serra da Aboboreira.

Estes grupos, que acusavam forte fixação à terra, cujas elites demonstravam maior capacidade de intercâmbio com outras regiões peninsulares (incrementavam nomeadamente a metalurgia do cobre, do ouro e da prata), estes mesmos grupos deixaram menores vestígios de arquitecturas monumentais do que os seus antecessores calcolíticos. Sobre a natureza desta “invisibilidade” produziram-se alguns trabalhos (Jorge, S. O., 1996, 1999 c; Jorge, S. O. e Jorge, V. O., no prelo).

– A primeira caracterização assinalável do *Bronze final* realizou-se através de escavações no âmbito do Projecto da Serra da Aboboreira. Dessas intervenções emergiram algumas linhas-de-força sobre esta região concreta: – progressiva invisibilização dos contextos sepulcrais; – contactos a distância que envolviam, por vezes, regiões muito diversas da Península Ibérica.

Na verdade, quanto ao primeiro aspecto, não se observou, até hoje, qualquer reutilização no Bronze final da necrópole da Serra da Aboboreira. No entanto, na Beira Alta registaram-se reutilizações de vários tipos (Cruz, D. J., 1997, 1998), o que deixa em aberto a hipótese de tal vir a ser descoberto futuramente no Norte de Portugal. Contudo, na área da necrópole do Tapado da Caldeira (Bronze médio) foi detectada uma fossa aberta em terra, que continha um único vaso. Não sabemos se seria uma deposição votiva ou se estaria relacionada com uma incineração. De qualquer modo, nas imediações existia uma lareira que foi datada do século XIV ao século IX A. C. O referido vaso é semelhante aos da necrópole de Paranho, na Beira Alta (Tondela) (Jorge, S. O., 1980, 1985; Cruz, D. J., 1997). No litoral minhoto conhecemos desde há muito as cistas de S. Paio de Antas (Esposende), recentemente reanalisadas (Cruz, D. J. e Gonçalves, A. A. H. B., 1998/99). Eram 12 cistas enterradas no solo, que continham inumações individuais de adultos e crianças. Em cada sepultura havia um ou mais vasos de “largo bordo horizontal”, um tipo cerâmico específico do Noroeste. No povoado da Santinha (Braga), A. Bettencourt encontrou, em contextos domésticos, uma hipotética deposição cultural ou funerária, datada dos séculos X a IX a. C. (Bettencourt, A. M., 2000).

Assim, apesar da escassez da informação, encontramos no Norte de Portugal vestígios quer de inumação, quer de cremação em estruturas que tanto podiam conter restos mortais, como tão só depósitos culturais, relacionados ou não, com o âmbito funerário (Jorge, S. O. e Jorge, V. O., no prelo).

Relativamente ao mundo dos povoados do Bronze final, detectou-se na Serra da Aboboreira (e áreas contíguas) uma apreciável diversidade de sítios: povoados abertos, próximo de linhas de água, sem condições naturais de defesa, como Bouça do Frade, Lavra, Monte Calvo, etc, e povoados de altura, dominantes, como Alto da Caldeira ou Castelo de Matos (Jorge, S. O., 1988). Alguns destes povoados, como Bouça do Frade, tinham origem no Bronze antigo/médio, outros, como Castelo de Matos, eram lugares erigidos já no Bronze final. Havia sítios que continham “fossas-silos”, aliás todas existentes em povoados abertos, sem condições naturais de defesa. Em vários povoados de encosta ou de altura ocorriam cerâmicas brunidas de “tipo Baiões”. Na Bouça do Frade, nos níveis do final da ocupação do local (sec. IX a. C.), surgiam, em simultâneo, cerâmicas de “tipo Baiões”, cerâmicas de “tipo Cogotas” e ainda vasos de “largo bordo horizontal”, o que revelava uma notável interacção com outras regiões peninsulares: a Meseta Norte, o Noroeste, o Sul da Península.

Apesar do estudo destes povoados da Serra da Aboboreira ter sido suspenso nos finais da década de 80, ele deixou em aberto a hipótese duma hierarquia de povoamento muito acentuada a partir do Bronze final.

Simultaneamente, uma colega da Universidade do Minho, desenvolvia então uma investigação centrada na bacia do Cávado (Martins, M. M., 1990), na qual haveria de explorar o respectivo povoamento desde o Bronze final até à Romanização. Uma das ideias-chave dessa

investigação (que haveria de conduzir a uma tese de doutoramento) era também a da existência duma hierarquia de povoamento desde o Bronze final. Na sequência deste trabalho – que revolucionou o panorama da Proto-História/Romanização do Noroeste peninsular – e durante a segunda metade da década de 90, outra colega da Universidade do Minho voltou a tomar a bacia do Cávado como base de investigação para o estudo do povoamento do II/I milénios a. C. (do Bronze antigo à Romanização) (Bettencourt, A. M., 2000).

A. Bettencourt distingue, em 2000, vários tipos de povoados na bacia do Cávado. Os maiores são sítios de ocupação permanente, de longa duração, transitando para a Idade do Ferro. Estão situados no rebordo de grandes vales, entre estes e as montanhas, em zonas de portela. Outros, mais pequenos, de curta ou média duração (não se prolongam na Idade do Ferro), estão situados em outeiros de vale, ou em colinas ou esporões muito próximos das zonas baixas. Todos estes sítios são, segundo A. Bettencourt, complementares entre si. É nos locais mais próximos dos vales que ocorrem “fossas-silos” para armazenagem. Ao contrário, os povoados maiores, ditos “fixos”, funcionariam como marcos territoriais e, possivelmente, como centros de poder.

A maior diferença, resultante das investigações na Serra da Aboboreira e na bacia do Cávado, reside na aparente continuidade de alguns povoados do Cávado, entre o Bronze final e a Idade do Ferro, facto que não foi testemunhado, até à data, na Aboboreira. Aliás, prospecções recentes na área entre o Távora e o Côa (Coixão, A. S., 1999) demonstram a existência dum hiato de conhecimento entre o Bronze pleno e a Romanização, que também poderá apontar para estratégias específicas de povoamento ainda não detectadas (no período entre os finais do II/primeira metade do I milénio a. C.) na região do Alto Douro.

Um contributo específico da investigação realizada na Faculdade de Letras do Porto para a caracterização do Bronze final diz respeito à análise das estátuas-menires de Faiões e Chaves (Chaves) e da Bouça (Mirandela) (Almeida, C. A. F. e Jorge, V. O., 1979; Jorge, V. O. e Almeida, C. A. F., 1980; Sanches, M. J. e Jorge, V. O., 1987). Nos começos da década de 90 surgiria uma síntese sobre o tema (Jorge, V. O. e Jorge, S. O., 1990). Estas estátuas-menires, de aspecto antropomórfico, apesar de tipologia diferenciada (podendo ou não estar armadas), marcariam fronteiras, lugares de circulação, territórios definidos por qualquer característica espacial? Anunciariam um território dum determinado grupo social? Marcariam o poder de certas figuras ancestrais, mais ou menos míticas? Teriam algo que ver com os espaços onde jaziam os mortos? Falta-nos o estudo sistemático de regiões inteiras que possa dar sentido e enquadrar estes achados (Jorge, S. O., 1999 a; Jorge, S. O. e Jorge, V. O., no prelo).

O Bronze final parece marcar uma ruptura importante com os períodos anteriores. A complexidade das redes de povoamento, a aparente invisibilidade dos contextos funerários, a abertura a alianças supra-regionais de dimensão nunca antes observada, a intensa circulação de produtos de prestígio de proveniência muito diversa, a emergência de novos cenários de negociação do poder, tudo contribui para fazer deste período um “nascer de ciclo”. O Bronze final preconiza um “mundo novo”, o que implica, particularmente na sua abordagem, uma focagem com forte componente antropológica, sem a qual não é possível ir mais além do que constatar regularidades e diferenças nas materialidades ou, se quisermos, sem a qual ficaremos acantonados à percepção de meras “entidades” arqueológicas (Martins, M. M. e Jorge, S. O., 1992).

Abordagens e problemáticas da investigação

Ao longo de vinte e cinco anos os docentes/investigadores de Pré-História da FLUP abriram frentes de pesquisa e, em certos momentos, alteraram paradigmas vigentes. Não o fizeram sozinhos. Contaram, certamente, com a ajuda de muitos outros cientistas de vários ramos de conhecimento. Mas coube-lhes a responsabilidade de subscreverem “pontos de viragem”. A análise do percurso dos vários programas de investigação merecia, por ventura, um estudo mais

aprofundado que não cabe nos objectivos deste texto. Mesmo assim, ousamos avançar com alguns tópicos, meros apontamentos, para um futuro trabalho sobre a cartografia dos “campos” abertos pela investigação da Pré-História produzida na Faculdade de Letras do Porto.

O “megalitismo” e a sua implosão

Em 1982 surge uma tese de doutoramento que ainda aborda o fenómeno megalítico como uma área autónoma de saber, mesmo que descentralizado da Península Ibérica, e inserido na problemática do espaço europeu (Jorge, V. O., 1982)

Desde finais de 70 que se havia criado o Projecto do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira, o qual aglutinaria, ao longo de mais duma dezena de anos, inúmeros investigadores. Uma das frentes desses Projecto centrava-se no estudo da “necrópole megalítica”.

A estratégia de abordagem da referida necrópole era, nos finais de 70/inícios de 80, inovadora a nível peninsular. De acordo com o que na época se designava por “Arqueologia da paisagem”, investiu-se no estudo integral de cada monumento (análise das arquitecturas pétreas e das “mamoas”) e ainda na escavação (total ou parcial) de todos os sepulcros da necrópole. Desta operação exaustiva, que poderíamos chamar um levantamento documental aprofundado (durou mais de dez anos ainda que os estudos na necrópole da Serra da Aboboreira prossigam actualmente com novos colaboradores), resultaram algumas evidências. Seleccionamos aqui apenas três:

1 – A necrópole teve o seu início em meados de V milénio a. C. (Neolítico médio) e o seu fim na primeira metade do II milénio a. C. (Bronze antigo), revelando uma diacronia relativamente longa;

2 – A utilização da necrópole (quer em termos de construção de novos sepulcros, quer através da reutilização dos antigos) não parece ter sido contínua, embora aqui entremos num terreno que ainda levanta interrogações;

3 – Os primeiros monumentos (Neolítico médio-final) eram mais destacados na paisagem (graças a “mamoas” de alguma envergadura) do que os sepulcros baixos do II milénio a. C., que surgiam “disfarçados” entre os monumentos mais antigos e blocos graníticos.

Contudo, independentemente destas evidências mais ou menos consensuais, o estudo da necrópole da Aboboreira viria a gerar interpretações de natureza social que modificariam o entendimento do próprio conceito de “megalitismo”.

Ao longo da década de 80, V. O. Jorge insiste em dois aspectos que, no limite, vão contribuir para o esvaziamento do conceito tradicional, unitário, de “megalitismo”. Um desses aspectos diz respeito à forma como foi construída a necrópole da Aboboreira. Segundo o autor observou-se aqui um processo de “adição”: cada monumento era concebido tendo em conta a pré-existência do anterior, o qual condicionava a específica localização, nas proximidades, do seguinte. Este processo, também designado de “*necropolização*” (Jorge, V. O., 1986 b), distanciava-se da fórmula de crescimento de algumas necrópoles europeias contemporâneas. Por ex., na Bretanha francesa, o engrandecimento de certas necrópoles operava-se através do “encobrimento” dos sepulcros individuais por grandes massas de pedra ou “*cairns*” (como em Barnenez), processo designado de “monumentalização”.

A fórmula específica da “necropolização” traz como consequência uma aposição na paisagem de pequenos “módulos” (as “mamoas”) que não alteram estruturalmente o sentido orgânico do “design” natural. Assim, a “necropolização” não introduz rupturas significativas na paisagem. Mais tarde, esta ideia voltará a ser recuperada por V. O. Jorge, numa outra óptica, que ultrapassa a discussão sobre a temática do “megalitismo”. Contudo, ainda na esfera da reflexão sobre a autonomia deste “campo”, a ideia de “necropolização” admite muitas variantes: se na Aboboreira, no final do crescimento da necrópole, existem núcleos de monumentos, separados entre si apenas alguns metros, em muitas outras necrópoles do Sul de Portugal, os sepulcros distanciam-se uns dos outros muitas centenas de metros. Assim, a “malha” de distribuição no espaço destes monumentos ditos

“megalíticos”, pode variar em densidade, consoante as regiões em que as necrópoles estão implantadas. Entre a “necropolização” da Aboboreira e a de certas necrópoles megalíticas do Alto Alentejo (para só referir o território português) e a “monumentalização” mencionada da Bretanha francesa emergem soluções de representação simbólica no espaço dificilmente comparáveis entre si.

Um segundo aspecto levantado por V. O. Jorge respeita ao chamado “polimorfismo” dos sepulcros sob “*tumulus*” da Serra da Aboboreira (Jorge, V. O. 1986 c). Segundo o autor, em cada fase de utilização da necrópole poderiam ter-se edificado, lado a lado, monumentos com dimensão, concepção arquitectónica e finalidade ritual diversas. A par de sepulcros clássicos poderiam ocorrer, por ex., fossas (de natureza cultural?) sob “*tumulus*”, contemporâneas dos primeiros e apenas a alguns metros destes. O “polimorfismo” testado na Serra da Aboboreira não contrariava, obviamente, a diacronia global da necrópole, mas tornava pouco razoável uma perspectiva excessivamente evolucionista que se quisesse ter dela (Jorge, V. O., 1989, 1991). Em cada fase poderiam ter funcionado “monumentos megalíticos” e “não megalíticos” (numa perspectiva restritiva desta designação), associados a práticas funerárias/cultuais complementares. Deste ponto de vista, a análise da necrópole da Serra da Aboboreira advertia para a complexidade de utilização destes espaços sagrados, certamente pólos aglutinadores identitários de grupos ainda socialmente muito fluídos (Jorge, V. O., 1989).

A variabilidade interna das necrópoles neolíticas conduziu a uma mudança de nomenclatura em muitos trabalhos de investigação corrente de vários investigadores actuais. Em regra, estes cemitérios passaram a ser designados como necrópoles de monumentos sob “*tumulus*”. Esta mudança reflecte, para alguns autores, mais do que uma classificação estratégica, que pretendesse evitar a incomodidade do termo “megalítico”.

No percurso específico de V. O. Jorge que, em 1982, apresentou uma tese sobre o Megalitismo do Norte de Portugal, tal mudança significou um progressivo afastamento relativamente a um “campo” de conhecimento que ele próprio alimentara⁸. Isto não significa que para muitos outros investigadores o “megalitismo” não continue a ser ainda hoje um conceito vivo e operativo, como há vinte anos. Do ponto de vista de V. O. Jorge, no entanto, o “megalitismo” deixou de ser um campo autónomo “óbvio” e, como tal, urgente em abordar nos moldes tradicionais. O esgotamento do interesse por este tema, foi paralelo, nos finais da década de 90 e, sobretudo, nos inícios de 2000 (Jorge, V. O. e Jorge, S. O., 2000), da emergência duma nova forma de perspectivar os monumentos da Pré-História Recente do Norte de Portugal, postura que comentaremos adiante.

Do “povoado fortificado” ao “monumento”

Quando em 1989 se abordou pela primeira vez o estudo do sítio de Castelo Velho de Freixo de Numão, assumia-se implicitamente uma perspectiva dicotómica que colocava, dum lado, “povoados” e, do outro, “necrópoles” e vários “espaços rituais” (recintos de menires/esteiras e santuários de arte rupestre) (Jorge, S. O., 1986, 1990). Seria no seio desta visão algo redutora que tentámos fazer o primeiro enquadramento dum sítio que não tinha nada a ver com o que havíamos analisado, até àquela data, no Norte de Portugal: tratava-se dum *recinto delimitado por um murete* no alto dum esporão.

A primeira interpretação foi no sentido de lhe atribuir uma funcionalidade clássica: a de “povoado fortificado”. Por sinal, o primeiro “povoado fortificado” calcolítico do Norte de Portugal e um dos poucos do Norte de Península (Jorge, S. O., 1993).

⁸ Na primeira metade da década de 90, V. O. Jorge trabalhou em equipa na “necrópole megalítica” de Castro Laboreiro (Jorge, V. O. *et al*, 1997). Como a mudança de paradigma surge normalmente da interacção entre teoria e prática, é provável que já por essa altura a confluência das duas estivesse em acção no sentido que aqui referimos de forma sumária. A necrópole de Castro Laboreiro, apenas pontualmente estudada, apontava, aliás, para a confirmação de muitas das características testadas ou intuitas na necrópole da Serra da Aboboreira.

Quando procurámos investigar as características de sítios similares existentes na Península Ibérica (Jorge, S. O., 1994) defrontámo-nos com um universo carente de homogeneidade: a maioria dos “sítios fortificados” não apresentava nítidos sistemas defensivos; no seu interior ocorriam vestígios de actividades diversas, dificilmente enquadráveis em acções de natureza exclusivamente “quotidiana”, “ritual” e/ou “sepulcral”; os ditos “povoados fortificados” faziam parte de sistemas económicos e sociais extremamente heterogéneos; enfim, a interpretação da natureza de cada um destes lugares implicava (implica) a sua revisitação no âmbito de estudos regionais despidos de preconceitos conceptuais.

Tínhamos ido à procura de uma maneira que nos fizesse entender melhor Castelo Velho e voltávamos com o desconforto de ter surpreendido a inconsistência dum dos mais poderosos paradigmas da Pré-História peninsular. Paradigma tão possante que havia atravessado todas as escolas do pensamento arqueológico do séc. XX: no interior das correntes histórico-culturais, estes locais eram “colónias” construídas por estrangeiros (em busca do cobre) para se defenderem dos indígenas; no seio das correntes processuais e marxistas, eram fortificações indígenas destinadas a proteger um grupo restrito de pessoas e bens, no âmbito dum estado latente de conflito inter-comunitário, para obtenção de riqueza e/ou direitos territoriais durante o III milénio a. C.

Ao retirar Castelo Velho (e outros sítios similares do Norte de Portugal, como Castanheiro do Vento ou Crasto de Palheiros) do universo dos “povoados fortificados”, não só estávamos a contribuir para abalar um paradigma que afectava sítios “clássicos” como Zambujal (Estremadura) ou Los Millares (Almeria, Espanha), como nos arriscávamos a ficar reduzidos às “características singulares” dum lugar. Ou seja, só nos restava voltar a olhar para o sítio e reflectir nas propriedades distintivas do mesmo: no que era radicalmente diferente relativamente aos lugares do passado imediatamente anterior (Jorge, S. O., 1994, 1998 a, 1999 c).

Evoquemos aqui algumas dessas características:

– O lugar instalava-se no topo dum esporão dominante. A sua implantação destinava-se a ser vista de muito longe. Dele observava-se também, dum determinado ângulo, uma paisagem vasta polarizada pelo Monte de S. Gabriel. Bastava que sobre o esporão se instalasse um qualquer dispositivo arquitectónico durável, para que o lugar se tornasse uma referência visual incontornável na paisagem.

Nunca, no IV milénio a. C., a localização das necrópoles neolíticas e muito menos a dos recintos de menires/estelas ou dos santuários de arte rupestre causara tal impacto na paisagem como um todo.

– No topo do esporão, debruçado para sul/sudeste, erguia-se, de facto, o que restava dum *dispositivo arquitectónico monumental*, basicamente composto por um *recinto* rodeado, a sul e oeste, por uma plataforma intermédia e por uma “*rampa*” ou “*talude*” de certo porte. A construção, no topo do morro, deste dispositivo, não impedia que ocorressem outras estruturas de tipo perecível na sua vertente sul.

Aliás, pode-se imaginar que a edificação de estruturas monumentais no cume do morro o tenha tornado signifiante na sua totalidade. O dispositivo arquitectónico monumental sofreu várias remodelações, mas esteve operacional durante mais de 1000 anos, entre c. 3000 a. C. e c. 1300 a. C. Durante todo esse tempo o projecto inicial não foi estruturalmente alterado. Ou seja, nos inícios do III milénio a. C. foi *planeado* um projecto arquitectónico de grande envergadura que implicou: a “escultura” ou afeiçoamento dum morro, de forma a alterar-lhe o volume inicial; a construção dum dispositivo soerguido, no alto dum monte, o que passava também pela criação de *barreiras físicas* a condicionar os acessos e a movimentação geral em torno do “monumento”; um sistema coeso e permanente de *manutenção do dispositivo durante muitas centenas de anos*. Castelo Velho assumia-se como um grande dispositivo comunicacional a distância, só possível num contexto de grande *transformação da lógica de intervenção na paisagem*.

Na verdade, nunca anteriormente se tinha “interferido” tanto na paisagem. O comportamento das necrópoles neolíticas operava-se através da adição no espaço de pequenos montículos

de terra (que, aliás, imitavam colinas artificiais), sem que nesse processo estivesse implícito um planeamento de conjunto. Por outro lado, na construção desses pequenos monumentos, que não obedecia a uma programação prévia, não havia qualquer intenção de abarcar e muito menos mutilar grandes troços da paisagem. Enfim, aparentemente não existiam barreiras físicas em torno dos monumentos. A existirem restrições de acesso, elas não se expressavam ao nível de muretes ou outras “fronteiras” resistentes, detectáveis no registo arqueológico.

– No interior do recinto superior poderia reunir-se um número indeterminado de pessoas em certos momentos do ano. Não sabemos exactamente o que fariam, nem quem as liderava. Mas podemos observar algumas evidências: o espaço do recinto não poderia albergar muito mais do que umas 50 pessoas em simultâneo; o recinto dispunha dum *número significativo de “entradas”* (sobretudo na sua fase inicial). Tais “entradas” permitiam certamente um jogo complexo de trajectos diversificados, no âmbito das possibilidades e proibições de acesso ao recinto, tanto no tempo como no espaço; quer no interior do recinto, quer nas áreas imediatamente adjacentes, entre este e a “rampa” ou “talude”, ocorreriam certamente múltiplas actividades difíceis de qualificar. A antiga dicotomia entre doméstico/funerário ou ritual/funcional não nos presta grande ajuda na interpretação dum “sítio excepcional” que deve ter servido diversos propósitos sociais. Contudo, não podemos ignorar a existência de estruturas que desempenharam certamente um papel importante na significação emblemática deste dispositivo monumental. Uma dessas estruturas albergou ossos humanos (de 8 a 10 indivíduos), provavelmente transformados, em parte, em “reliquias”, num contexto que não se encontra confinado exclusivamente ao que habitualmente se designa por “ritual funerário” (Jorge, S. O., 1998 a; Jorge, S. O. *et al*, 1998/99). Uma outra estrutura encerrou milhares de sementes de cereais associadas a vasos cerâmicos intencionalmente fragmentados. Em ambos os casos, as deposições encontravam-se organizadas de forma a sugerir acções acentuadamente padronizadas. Fora do quadro das estruturas referidas também poderíamos mencionar um espaço aberto, mas bem delimitado, onde foram encontrados (como que “pousados”) vinte e cinco pesos de tear. Todos estes contextos, a uma micro-escala, parecem representar metáforas de aspectos cruciais de actividades das populações: a “armazenagem” de bens alimentares, a transformação de produtos secundários operada pela tecelagem; a manipulação social dos mortos, encarados como “produtos culturais”.

Pela primeira vez, visualizamos um espaço construído, duradouro, bem destacado na paisagem, que parece assumir-se como uma metáfora da vida das populações do III/II milénio a. C.

– A nova abordagem de Castelo Velho (de 1994 até à actualidade) faz surgir progressivamente a noção de “monumento” ligada a este tipo de sítios. Tal perspectiva desloca o eixo interpretativo destes lugares, das “acções concretas” que os mesmos albergaram, para a *função simbólica da sua representação no espaço*. Tal deslocação faz inserir estes “sítios especiais” no âmbito da *“arqueologia dos monumentos”*, ao mesmo título das mamoadas e dos recintos de menires ou estelas, ou seja, dos *lugares construídos, perduráveis e com destaque físico na paisagem*. Desenvolvendo esta perspectiva, traçámos, pela primeira vez, em 1998, o percurso dos “monumentos” do Norte de Portugal, do Neolítico médio ao Bronze médio (Jorge, S. O., 1998 b), salientando dois grandes momentos: a fase do Neolítico médio-final, na qual emergem com destaque os sepulcros sob “*tumulus*” (abertos ou fechados), pontuando de forma ainda pouca impressiva vastos territórios; e a fase do Calcolítico/Bronze antigo e médio, onde surgem novos “monumentos” que se inscrevem em territórios mais circunscritos, e indiciam novas percepções do tempo e do espaço. Entre esses novos “monumentos” contam-se os “recintos murados”: quer no topo de esporões (como Castelo Velho ou Castanheiro do Vento), quer no alto de “fragas” ou formações rochosas preexistentes, com grande impacto na paisagem (como Crasto de Palheiros). Em ambas as fases, os respectivos “monumentos” parecem assumir o papel de marcadores identitários, polarizando à sua volta, as diferentes sociedades agro-pastoris do V ao II milénio a. C.

Em 1999 ousámos reflectir a Pré-História Recente de todo o território português na linha que vínhamos desenvolvendo para o norte e centro de Portugal (Jorge, S. O., 1999 c).

É com alguma expectativa que assistimos actualmente ao aprofundamento desta problemática quer na Beira Alta (Valera, A. C., 1999) quer, sobretudo, no Norte de Portugal. Aqui desenvolve-se um projecto de estudo dum outro recinto monumental (Castanheiro do Vento) (Jorge, V. O. *et al.*, 2002), que se integra amplamente na perspectiva duma “arqueologia dos monumentos”. Aliás, V. O. Jorge é autor dum artigo recente que traça, de forma rigorosa e extremamente apelativa, as modulações que esta temática comporta (Jorge, V. O., no prelo).

Associações vegetais da Pré-História Recente do Norte de Portugal

- Desde os finais dos anos 70 que foi sentida a necessidade de se identificar os ecossistemas holocénicos que haviam parcialmente condicionado a implantação dos sítios pré-históricos do Norte de Portugal. Deles fazia parte a flora espontânea (e cultivada) existente nos territórios envolventes das estações arqueológicas. Da reconstituição dessa flora espontânea dependia, em parte, a visualização do “*cenário natural*” que presidira às opções de deambulação e/ou fixação das sociedades pré-históricas. Dependia também a compreensão do *espectro de recursos florestais disponíveis* para actividades de carácter económico e social. Finalmente, do estudo dos contextos arqueológicos, era suposto poder-se atingir o *comportamento selectivo* dos diferentes grupos face às possibilidades oferecidas pelo meio.

- Na primeira metade da década de 80, estabeleceram-se contactos com o Prof. J. L. Vernet da Universidade de Ciências e Técnicas do Languedoque, Montpellier (França), com o intuito de se proceder à análise antracológica de amostras provenientes de sítios em curso de escavação, na Serra da Aboboreira e em Chaves – Vila Pouca de Aguiar (Vernet, J. – L., 1986; Vernet, J. – L. e Figueiral, I., 1993). Mais tarde, uma colaboradora do Projecto de estudo arqueológico da Serra da Aboboreira, licenciada na Variante de História de Arte e Arqueologia da FLUP (Isabel Figueiral), haveria de se doutorar em França em paleo-botânica, sob a orientação do Prof. J. – L. Vernet (Figueiral, I., 1990). Desta relação operada com um centro de investigação francês de paleo-botânica, haveria de resultar não só uma estreita colaboração, a partir dos inícios de 90, entre I. Figueiral e todos os investigadores de Pré-História da FLUP, como entre aquela especialista e muitos outros arqueólogos portugueses, a trabalhar em diversos períodos cronológicos e áreas do país. Pode-se afirmar que a gestação do processo que levou uma licenciada com formação arqueológica a especializar-se em paleo-botânica, não só teve origem no sector de Pré-História da FLUP, como se revelou crucial para o desenvolvimento das pesquisas nesta área. É evidente que os méritos decorrentes desta interacção se devem fundamentalmente à competência e entusiasmo pessoais de I. Figueiral desenvolvidos ao longo da última década (Figueiral, I., 1990; *idem*, 1992-93; *idem*, 1993; *idem*, 1998; *idem*, 1999; Vernet, J. – L. e Figueiral, I., 1993; Figueiral, I. e Sanches, M. J., 1998/99).

No seio do sector de Pré-História da FLUP é justo destacar também uma especial apetência de M. J. Sanches por abordagens que visem a reconstituição das paisagens pré-históricas transmontanas e alto-durienses. Tal apetência revelou-se de forma particular na sua tese de doutoramento (Sanches, M. J., 1997), e continuou posteriormente num trabalho de colaboração sobre as paleo-paisagens da Pré-História Recente no Planalto Mirandês e na Bacia de Mirandela (Figueiral, I. e Sanches, M. J., 1998/99). Cremos que se trata duma frente de abordagem não só essencial, como passível de contribuir, a prazo, para se dar um salto qualitativo na interpretação dos contextos pré-históricos do Norte de Portugal.

- Vejamos, de forma muito sucinta, o que a antracologia nos trouxe para a reconstituição das paisagens pré-históricas do Norte de Portugal. Viajaremos, meteoricamente, pela *Serra da Aboboreira* (do Neolítico médio ao Bronze final), pela região de *Chaves/Vila Pouca de Aguiar* (Neolítico final/Calcolítico/Bronze inicial), pelas áreas da *Bacia de Mirandela e Planalto Mirandês* (do Neolítico antigo ao Calcolítico) e pelo sítio de *Castelo Velho* (no Alto Douro) (Calcolítico/Bronze antigo e médio).

– Na *Serra da Aboboreira* (Douro Litoral) foram estudados dois contextos: os das *mamoas* da “necrópole megalítica” (do V ao II milénio a. C.) e os dos *povoados* do Bronze final (dos inícios do I milénio a. C.) (dois na Serra da Aboboreira e um outro numa zona contígua). No primeiro caso retiraram-se amostras de “solos enterrados” sob as *mamoas* (correspondendo, na grande maioria, a amostras relativas a momentos imediatamente anteriores à construção dos sepulcros) e também do interior das câmaras/corredores e *mamoas*. De referir que não se utilizou um método de peneiração ou flutuação sistemática, pelo que as amostras foram arbitrariamente seleccionadas no acto da recolha, em função da concentração e/ou dimensão dos carvões. Tal ausência de método de recolha sistemática também se verificou nos *povoados* do Bronze final. Tendo em conta estes constrangimentos metodológicos podemos chegar às seguintes hipóteses (Vernet, J. – L. e Figueiral, I., 1993; Figueiral, I., 1993): – antes da construção dos sepulcros neolíticos, o alto da Serra da Aboboreira acusava a presença de carvalhos de folha caduca (alvarinho e negral) associados a espaços abertos onde proliferavam leguminosas (giestas); – durante a construção e utilização dos sepulcros (do Neolítico médio ao Bronze inicial) tal vegetação teve de ser pontualmente removida, mantendo-se, no entanto, nas proximidades, bosques esparsos de carvalho negral e carvalho alvarinho, ocasionalmente associados ao sobreiro. As clareiras ou espaços abertos eram abundantes no final da utilização da necrópole, contendo várias espécies de leguminosas. Foram registadas espécies de borda de água (como, por ex., o salgueiro e o amieiro). Relativamente à actualidade, a paisagem pré-histórica referida sofreu um importante processo de erosão, certamente devido à prática do pastoreio e a outros impactos de origem antrópica; – nos inícios do I milénio a. C., nas imediações dos *povoados* do Bronze final, existiam bosques mistos predominando o carvalho negral e o carvalho alvarinho, mas onde também ocorria o sobreiro e possivelmente a azinheira. As clareiras encontravam-se bem dissimuladas, florescendo nelas as estevas, as giestas e as urzes, eventualmente o medronheiro. Era recorrente vegetação de borda de água, como o salgueiro, o freixo ou o amieiro. Tal como a paisagem do alto da serra, a paisagem actual denota um acentuado processo de erosão e de destruição, face ao plantio de espécies exteriores à região. Como I. Figueiral afirma, para o Bronze final (Figueiral, I., 1993), as clareiras eram ainda limitadas e a reconquista florestal poderia efectuar-se facilmente.

– Na região de *Chaves/Vila Pouca de Aguiar* (Trás-os-Montes Ocidental) foram estudadas algumas amostras de carvões provenientes de *povoados* do Neolítico final/Calcolítico. Também aqui não foi utilizado qualquer método de recolha sistemática. Em 1986 foram publicados os dados relativos a três *povoados* (Vernet, J. – L., 1986) e recentemente foi-nos enviado por I. Figueiral um relatório inédito, relativamente a um quarto *povoado* de Chaves, cuja informação também utilizaremos.

Estamos, ao contrário da região de transição que era a Aboboreira, numa paisagem mediterrânica com influências atlânticas (em conjugações diversas). Em torno dos *povoados* ocorriam bosques mistos constituídos por pinheiros (desde o pinheiro silvestre de montanha, passando pelo pinheiro bravo até ao pinheiro manso), carvalhos de folha caduca (carvalho negral e carvalho alvarinho) e carvalhos de folha persistente (sobreiro, eventualmente a azinheira). Nas clareiras floresciam giestas, estevas e urzes. Para além destas espécies, podiam ocorrer o medronheiro e o pilriteiro ou espécies de borda de água como o freixo ou o salgueiro. A informação é muito desigual consoante os *povoados*, pelo que não se pode ir mais longe do que acentuar a presença, em dois dos quatro *povoados*, de alguma intensidade de vegetação arbustiva indicadora da degradação do bosque e de intervenção humana. Actualmente a paisagem onde se inserem estes *povoados* encontra-se invadida por cultivos e plantios de espécies, por vezes, estranhas à região. São excepcionais as áreas conservadas com vegetação espontânea.

– Nas regiões do *Planalto Mirandês e Bacia de Mirandela* (Trás-os-Montes e Alto Douro) foram analisadas amostras provenientes de *povoados*, sepulcros sob “*tumulus*” e um abrigo-sob-rocha, o qual foi alvo de várias utilizações. Estas estações arqueológicas sofreram ocupações do V ao III milénio a. C. Ao contrário dos casos anteriores, a partir de 1986 foi realizada uma recolha de carvões por meio de flutuação sistemática. Contudo, devido à diferença de dimensão das

áreas abertas nas diferentes estações, existe uma grande disparidade de informação entre o abrigo (Buraco da Pala) e os restantes povoados e mamoa. Enquanto que o primeiro forneceu c. 2800 fragmentos de carvões, as restantes estações oscilaram entre 36 e 351 fragmentos. Esta disparidade distorce, do ponto de vista geográfico e temporal, o quadro obtido mesmo só para a área onde aquele abrigo se insere (a Bacia de Mirandela) (Figueiral, I. e Sanches, M. J., 1998/99).

Segundo as autoras deste estudo comparativo, as paisagens pré-históricas respeitavam a diferenciação actual entre “terra fria” (Planalto Mirandês) e “terra quente” (Bacia de Mirandela), ou seja, respectivamente, áreas de vales e zonas baixas, e áreas de montanha/planalto. Estamos nestas várias regiões face a coberturas arbóreas extensas constituídas (em conjugações diversas) por pinheiros (pinheiro bravo, manso e silvestre), carvalhos de folha persistente (sobreiros/azinheiras/carrascos) e carvalhos de folha caduca. Os sobreiros/azinheiras foram identificados em todas as estações. Por outro lado, foram detectadas espécies de “monte” ou de “clareiras” como estevas, giestas e urzes, a par de zimbros, medronheiros, freixos, zambujeiros, etc. De registar que as leguminosas (giestas) e as urzes (claro indicador de degradação da vegetação arbórea) foram identificadas em todas as estações. As urzes apresentavam uma percentagem muito elevada também em todos os sítios arqueológicos. As autoras estipulam que as várias estações se integravam, na Pré-história recente, numa paisagem mediterrânica ligeiramente mais húmida do que na actualidade. Presentemente, apesar dos cultivos e plantios, surgem ainda paisagens total ou parcialmente conservadas do ponto de vista da sua vegetação espontânea.

– *Castelo Velho de Freixo de Numão* (Alto Douro), um recinto monumental do Calcolítico/Bronze antigo e médio, foi alvo de recolhas sistemáticas apenas a partir de 92. A estratigrafia identificada no topo do monumento revelou três camadas pré-históricas que correspondem globalmente a três grandes fases de ocupação do sítio. Dessas camadas recolheram-se amostras que foram analisadas (Figueiral, I., 1998; *idem*, 1999). Até à actualidade foram contabilizados c. 2000 fragmentos de carvão e de frutos/sementes.

1ª fase (camada 4) – c. 3000 a. C. – A paisagem pré-histórica seria de ambiência mediterrânica ligeiramente mais húmida do que na actualidade. Predominaria um bosque de azinheiras/sobreiros/carrascos, associados a carvalho de folha caduca, medronheiros, freixos, giestas e pilriteiros.

2ª fase (camada 3) – c. 2900/1900 a. C.(?) – Mantêm-se as mesmas características da camada 4. No entanto, as frequências de carvalhos de folha persistente e das rosáceas diminuem a favor do medronheiro. De assinalar igualmente a identificação do trovisco, das estevas, do zimbro e do pinheiro bravo.

3ª fase (camada 2) – c. 1900-1800 a. C./1300 a. C. (?) – Dá-se uma alteração profunda do padrão adentro da mesma associação vegetal mediterrânica. Surge em grande quantidade, e em concentrações, o medronheiro associado a giestas. Está presente, mas em muito menor quantidade, a azinheira, o sobreiro, o carvalho de folha caduca e o salgueiro. As urzes são identificadas pela primeira vez. No que diz respeito a vestígios de plantas comestíveis assinala-se a presença de medronheiro, ervilha, chícharo, lentilha e cevada. I. Figueiral, face a esta modificação tão profunda entre a camada 3 e a 2, coloca duas hipóteses explicativas: uma degradação muito acentuada do bosque; uma selecção de medronheiro e das giestas em função de actividades específicas desenvolvidas na estação.

É de referir o ênfase que aquela especialista coloca na hipótese da selecção, neste caso particular, o que corresponde a uma postura inovadora, quer relativamente a esta estação, quer a outras anteriormente referidas. O tema da “selecção” dar-nos-á o mote para alguns comentários finais ⁹.

⁹ Agradecemos a I. Figueiral as informações recentes que nos prestou sobre a vegetação pré-histórica das regiões anteriormente mencionadas.

Adiante-se que na zona circundante de Castelo Velho observam-se actualmente áreas com vegetação espontânea preservada.

- Antes de abordarmos algumas questões que estas análises antracológicas nos sugerem, gostaríamos de destacar o trabalho de M. J. Sanches sobre estações da Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro (Sanches, M. J., 1997). A autora, utilizando o conhecimento das condições actuais de clima, de tipo de solos e vegetação contemporâneos, e ainda de algumas análises antracológicas (que tendem a reconstituir, de forma muito genérica, a vegetação pré-histórica) extrapolou para a distinção de *sítios arqueológicos inseridos em territórios com maior ou menor capacidade de renovação florística*. Entre as estações localizadas em territórios com “maior capacidade de renovação florística” contam-se os sítios de Crasto de Palheiros, Barrocal Alto e Buraco da Pala. Segundo a autora, os grupos que aqui habitariam, desenvolviam uma economia agro-pastoril pujante sem recurso a tecnologias complexas. Estes sítios espelhariam um padrão de grande estabilidade residencial e de exploração intensiva do território. As estações situadas em territórios com “menor capacidade de renovação florística”, como o Cunho, desenvolveriam uma economia predominantemente pastoril, com uma agricultura cerealífera incipiente. Os grupos articulados com estes territórios ocupa-los-iam de forma menos duradoura (a não ser que possuíssem uma tecnologia agrícola sofisticada). cremos que se trata duma abordagem que necessita de confirmação arqueológica, mas que encerra em si mesma virtualidades prospectivas inegáveis.

- Finalmente, permita-se-nos formular alguns comentários breves sobre duas questões eminentemente articuladas: a reconstituição das paisagens da Pré-História Recente e a selecção humana das espécies vegetais nesse mesmo período.

- Sobre o primeiro ponto parece-nos óbvio acentuar os seguintes aspectos:

- 1 – A reconstituição da flora pré-histórica a partir da antracologia requer uma acção concertada em duas frentes: *o estudo exaustivo da cada sítio* (tendo em atenção as suas particularidades), para se obter uma amostragem (sincrónica e diacrónica) ilustrativa do todo da estação; *o “varrimento” do maior número de sítios*, existentes num determinado ecossistema, contemporâneos e/ou sucessivos ao longo dum período de tempo.

Só através de análises aprofundadas, a nível local e regional, poderemos com alguma segurança usar as amostragens parciais para nos aproximarmos das paisagens pré-históricas totais, em toda a sua *variabilidade espacial e temporal*.

- 2 – Ainda sobre a reconstituição das paisagens pré-históricas: entre alguns especialistas existem dúvidas sobre a possibilidade de se poder extrapolar duma amostragem parcial (mesmo relativamente diversificada e ampla) de espécies vegetais, para a heterogeneidade do sistema paleo-botânico total. Isto porque alguns defendem que a variabilidade local é sempre tão extensa, que a partir duma amostragem parcial seleccionada, é muito difícil alcançar o ecossistema total que lhe deu origem.

A paisagem vegetal pré-histórica, na sua variabilidade e complexidade locais, seria assim inatingível, a partir dos dados exclusivamente obtidos no interior dos sítios arqueológicos. Mesmo assim, entendemos que os pré-historiadores devem manter um diálogo estreito com todos os especialistas ligados à reconstituição dos paleo-ambientes, no sentido de se alcançarem patamares de entendimento mútuo sobre esta questão tão crucial.

- Quanto à problemática da selecção humana das espécies vegetais operada em sítios ocupados durante a Pré-História:

- 1 – nas estações arqueológicas as espécies vegetais encontradas são, em regra, produto duma selecção consciente, tendo em vista actividades específicas desenvolvidas no seu interior ¹⁰; são objectivos de natureza económica e social que comandam, em geral, a procura de certas

¹⁰ As espécies vegetais que chegaram até nós, sofreram também, eventualmente, selecções não premeditadas, resultantes de processos pós-deposicionais e outras truncagens aleatórias do “registo arqueológico”.

espécies e não de outras, para a construção de cabanas, a utilização delareiras, o consumo alimentar ou medicinal, etc, etc.;

2 – desta forma, a antracologia não só disponibiliza dados para a reconstituição das paisagens envolventes dos sítios pré-históricos (o que também permite extrapolar sobre “o quadro dos possíveis” colocado à disposição dos grupos humanos), como se encontra em posição privilegiada para detectar o *comportamento selectivo* que presidiu à manipulação de certas espécies em determinados contextos. Contudo, para atingir este desiderato, a antracologia não deve restringir a sua análise à identificação de espécies por camadas estratigráficas. Há que desenvolver, em estreita articulação com o arqueólogo, um *estudo contextual*, que possibilite a correlação entre espécies e micro-contextos (lareiras, fossas, cabanas, buracos de poste, estruturas de enterramento, etc.). No limite, seria desejável atingir o padrão de utilização/rejeição (no tempo e no espaço) das várias espécies vegetais no âmbito das múltiplas actividades sociais realizadas num determinado contexto humanizado.

Se quisermos, entraríamos aqui no campo da “etno-antracologia”, pela qual tentaríamos recuperar as *fórmulas sociais de manipulação das plantas pré-históricas*.

Como é óbvio, um programa deste tipo exige muito mais do que a colaboração individual (e pontual) entre o paleo-botânico e o arqueólogo. Exige a criação dum programa de investigação orientado para a pesquisa dos paleo-ambientes e da *utilização social das espécies vegetais*. Tal programa de investigação implicaria, no mínimo, um forte enquadramento institucional.

A Pré-História é uma ciência social, mas para o ser plenamente, precisa também de utilizar metodologias e aparatos técnicos similares aos das “ciências exactas”. Se a Pré-História, como terreno de investigação, não puder aceder às condições elementares do seu progresso como ciência, corre o risco de se tornar numa “ficção”, mais ou menos arqueologicamente legitimada, cujo poder (simbólico) residirá na maior ou menor capacidade de saber competir com as artes (por vezes admiráveis) da efabulação. Trata-se dum perigo real que deve ser enunciado, nomeadamente no seio da Universidade, cenário natural de gestação e amadurecimento da própria ciência.

Bibliografia

- Almeida, C. A. F. (1974), Cerâmica castreja, *Revista de Guimarães*, vol. LXXIV, pp. 171 – 197.
- Almeida, C. A. F. e Jorge, V. O. (1979), *A Estátua – menir de Faiões (Chaves)*, Porto, GEAP, “Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto”, 2.
- Alonso Matthías, F. e Bello Dieguez, J. M^a (1997), Cronología y periodización del fenómeno megalítico en Galicia a la luz de las dataciones por carbono 14, *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo* (ed. A. Rodríguez Casal), Univ. Santiago de Compostela, pp. 507 – 520.
- Antunes, M. T. e Cunha, A. S. (1998), Restos humanos do Calcolítico – Idade do Bronze de Castelo Velho, Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa – nota preliminar, *Côavisão, Cultura e Ciência*, nº 0, pp. 35 – 42.
- Aubry, T. e Carvalho, A. M. F. (1998), O povoamento pré-histórico no Vale do Côa – Síntese dos trabalhos do P.A.V.C. (1995-1997), *Côavisão. Cultura e Ciência*, nº 0, pp. 23 – 34.
- Baptista, A. M. (1986), Arte Rupestre pós-glaciária. Esquematismo e abstracção, *História da Arte em Portugal*, vol. I, Lisboa, Ed. Alfa, pp. 31 – 55.

- Bettencourt, A. (2000), *A paisagem e o Homem na Bacia do Cávado durante o II^a e o I^a milénios a. C.*, Braga, Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (dissertação de doutoramento, policopiada).
- Bettencourt, A. M. e Sanches, M. J. (1998), Algumas questões sobre a Idade do Bronze do Norte de Portugal, *A Idade do Bronze em Galícia: Novas Perspectivas* (ed. R. Fábregas Valcarce), "Cadernos do Seminário de Sargadelos", 77, pp. 13 – 45.
- Carvalho, A. F. (1999), Os sítios de Quebradas e Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico antigo do Baixo Côa, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2, nº 1, pp. 39 – 70.
- Coixão, A. S. (1999), *A ocupação Humana na Pré-História Recente na Região de Entre Côa e Távora*, A. C. D. R. de Freixo de Numão.
- Cruz, D. J. (1991), *A mamoa 1 de Chã de Carvalhal no contexto arqueológico da Serra da Aboboreira e da Pré-História Recente do Norte de Portugal*. Coimbra, trabalho apresentado em provas públicas de aptidão pedagógica e capacidade científica da FLUC (policopiado).
- Cruz, D. J., (1992), *A mamoa 1 de Chã de Carvalhal no contexto arqueológico da Serra da Aboboreira*, Coimbra, I. A./U. C.
- Cruz, D. J., (1995), Cronologia dos monumentos com "tumulus" do Noroeste peninsular e da Beira Alta, *Estudos Pré-Históricos*, vol. III, pp. 81 – 119.
- Cruz, D. J. (1997), A necrópole do Bronze Final do "Paranho" (Molelos, Tondela, Viseu), *Estudos Pré-Históricos*, vol. V, pp. 85 – 109.
- Cruz, D. J. (1998), Expressões funerárias e cultuais no Norte da Beira Alta (V^a – II^a milénios A. C.), *Estudos Pré-Históricos*, vol. VI, pp. 149 – 166.
- Cruz, D. J., Gomes L. F. C. e Carvalho, P. M. S. (1998), Monumento 2 da Serra da Muna (Campo, Viseu). Resultados preliminares dos trabalhos de escavação, *Estudos Pré-Históricos*, vol. VI, pp. 375 – 395.
- Cruz, D. J. e Gonçalves A. A. H. B. (1998-99), A necrópole d' Agra de Antas (S. Paio de Antas, Esposende, Braga), *Portugalia, Nova Série*, vol. XIX – XX, pp. 5 – 27.
- Cunha, A. M. L., Silva, E. J. L. (1995), As gravuras rupestres do Monte da Laje (Valença), *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Lisboa, SEC/IPM/MNA, p. 96.
- Cunha-Ribeiro, J. P. (1990), Os primeiros habitantes, *Nova História de Portugal*, vol. I – *Das origens à Romanização* (coord. J. de Alarcão), Lisboa, Ed. Presença, pp. 15 – 74.
- Fábregas Valcarce, R. (1997), La adopción de la economía productora en el Noroeste Ibérico, *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo* (ed. A. Rodríguez Casal), Univ. de Santiago de Compostela, pp. 463 – 484.
- Figueiral, I. (1990), *Le nord-ouest du Portugal et les modifications de l' écosystème du Bronze final à l' époque romaine, d' après l' anthracoanalyse de sites archéologiques*, 2 vols., tese USTL, Montpellier II.
- Figueiral, I. (1992-93), Antracologia e megalitismo: problemas e perspectivas. O caso do núcleo de Chã de Parada (Serra da Aboboreira), *Portugalia, Nova Série*, vol. XIII – XIV, pp. 149 – 157.
- Figueiral, I. (1993), Charcoal analysis and the vegetational evolution of North – West Portugal, *Oxford Journal of Archaeology*, vol. 12, pp. 209 – 222.
- Figueiral, I. (1998), Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa). Os restos vegetais carbonizados, *Côavisão, Cultura e Ciência*, nº 0, pp. 43 – 48.
- Figueiral, I. (1999), Castelo Velho (Freixo de Numão, Portugal). The charcoalified plant remains and their significance, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 1, pp. 259 – 267.

- Figueiral, I. e Sanches, M. J. (1998/1999), A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-História Recente, *Portugalia, Nova Série*, vol. XIX – XX, pp. 71 – 101.
- Gonçalves, A. A. H. B. e Cruz, D. J. (1994) Resultados dos trabalhos de escavação da mamoa 1 das Madorras (S. Lourenço de Ribapinhão, Sabrosa, Vila Real), *Estudos Pré-Históricos*, vol. II, pp. 171 – 232.
- Jorge, S. O. (1980 a), A estação arqueológica do Tapado da Caldeira. Baião, *Portugalia, Nova Série*, vol. I, pp. 29 – 50.
- Jorge, S. O. (1980 b), A necrópole do Tapado da Caldeira – Baião, *Arqueologia*, 2, pp. 36 – 44.
- Jorge, S. O. (1985), Datas de Carbono 14 para a Pré-História Recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas, *Arqueologia*, 12, pp. 154 – 183.
- Jorge, S. O. (1986), *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar*, Porto, Instituto de Arqueologia da FLUP.
- Jorge, S. O. (1988), *O povoado da Bouça do Frade (Baião), no quadro o Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.
- Jorge, S. O. (1990), caps. II a V de *Nova História de Portugal*. Vol. I – *Das Origens à Romanização* (coord. J. de Alarcão), Lisboa, Ed. Presença, pp. 75 – 251.
- Jorge, S. O. (1993), O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história Recente do Norte de Portugal, *1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. I, Porto, SPAE, pp. 179 – 216.
- Jorge, S. O. (1994), Colónias, fortificações, lugares monumentalizados, Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular, Porto, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, vol. XI, pp. 447 – 546.
- Jorge, S. O. (1996), Regional diversity in the Iberian Bronze Age – on the visibility and opacity of the archeological record, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 36, pp. 193 – 214.
- Jorge, S. O. (1997), O Bronze final no Norte de Portugal: uma história em discussão, *O 1º Milénio a. C. no Noroeste Peninsular. A fachada atlântica e o interior*, Bragança, Parque Natural de Montezinho, pp. 13 – 22.
- Jorge, S. O. (1998 a), Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação, *Estudos Pré-Históricos*, vol. VI, pp. 279 – 293.
- Jorge, S. O. (1998 b), Later prehistoric monuments of Northern Portugal: some remarks, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 0, pp. 105 – 113.
- Jorge, S. O. (1999 a), Bronze Age stelai and menhirs of the Iberian Peninsula: discourses of power, *Gods and Heroes of the Bronze Age, Europe at the Time of Ulysses*, Londres, Thames and Hudson, pp. 114 – 122.
- Jorge, S. O. (1999 b), Cabeço da Mina (Vila Flor, Portugal). A late prehistoric sanctuary with “stelai” of the Iberian Peninsula, *Gods and Heroes of the Bronze age, Europe at the Time of Ulysses*, Londres, Thames and Hudson, pp. 137 – 141.
- Jorge, S. O. (1999 c), *Domesticar a terra. As primeiras comunidades agrárias em território português*, Lisboa, Gradiva Publ.
- Jorge, S. O. (2001), Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, Portugal), et la problématique des “habitats fortifiés” de la Péninsule Ibérique, *Communautés Villageoises du Proche-Orient à l’Atlantique* (dir. Jean Guilaine), Paris, Ed. Errance, pp. 241 – 252.

- Jorge, S. O. (no prelo a), Etapas de estudo e valorização do sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa, Portugal, *Actas do Simpósio "Conservação e intervenção em sítios arqueológicos e monumentos históricos"*, Porto – Paredes de Coura, Univ. Portucalense Infante D. Henrique – Câmara Municipal de Paredes de Coura, Abril de 2001.
- Jorge, S. O. (no prelo b), Um vaso campaniforme cordado no Norte de Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão (Vª Nª de Foz Côa). Breve notícia. Porto, *Revista do Departamento de Ciências e Técnicas do Património*, vol. 1.
- Jorge, S. O., Jorge, V. O., Sanches, M. J., Almeida, C. A. F. e Soeiro, M. T. (1981), Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta), *Arqueologia*, 3, pp. 3 – 12.
- Jorge, S. O., Oliveira, M. L., Nunes, S. A. e Gomes, S. (1998/1999), Uma estrutura ritual com ossos humanos no sítio pré-histórico de Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), *Portugalia, Nova Série*, vol. XIX, XX, pp. 29 – 70.
- Jorge, S. O. e Jorge, V. O. (no prelo), Agricultores e pastores fixados no território. Sociedades hierarquizadas, sociedades estratificadas ?, *História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro* (coord. GEHVID), Porto.
- Jorge, V. O. (1980), Escavações da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira, Baião), *Portugalia, Nova Série*, vol. I, pp. 9 – 28.
- Jorge, V. O. (1982), *Megalitismo do Norte de Portugal: o Distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, Porto, Fac. de Letras do Porto (dissertação de doutoramento, policopiada).
- Jorge, V. O. (1984), Escavação da mamoa da Mina do Simão (Serra da Aboboreira – Amarante), *Arqueologia*, 9, pp. 3 – 21.
- Jorge, V. O. (1985), Les tumulus de Chã de Santinhos, *Arqueologia*, 12, pp. 96 – 128.
- Jorge, V. O. (1986 a), Arte Rupestre em Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXVI, fasc. 1 – 4, pp. 27 – 50.
- Jorge, V. O. (1986 b), “Monumentalização” e “necropolização” no megalitismo europeu, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXVI, fasc. 1- 4, pp. 233 – 237.
- Jorge, V. O. (1986 c), Polymorphisme des tumulus préhistoriques du Nord du Portugal: le cas d’ Aboboreira, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, t. 83, n. 6, pp. 177 – 182.
- Jorge, V. O. (1987), *Projectar o Passado*, Lisboa, Ed. Presença.
- Jorge, V. O. (1989), Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais, Porto, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, vol. VI, pp. 365 – 443.
- Jorge, V. O. (1990), *Arqueologia em Construção*, Lisboa, Ed. Presença.
- Jorge, V. O. (1991), Necrópole pré-histórica da Aboboreira (distrito do Porto). Uma hipótese de diacronia, *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, Lisboa, II CT, pp. 205 – 213.
- Jorge, V. O. (1995), Late prehistoric funerary mounds in Northern Portugal as indicators of social complexity, *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Iberia* (ed. K. Lillios), Ann Arbor, International Monographs in Prehistory, pp. 140 – 152.
- Jorge, V. O. (1998), Interpreting the “megalithic art” of Western Iberia: some preliminary remarks, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 0, pp. 69 – 83.
- Jorge, V. O. (2000), *Arqueologia, Património e Cultura*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Jorge, V. O. (no prelo), Arqueologia dos monumentos da Pré-História Recente – algumas sugestões interpretativas, Porto, *Revista de Ciências e Técnicas do Património*, vol. 1.

- Jorge, V. O. e Almeida, C. A. F. (1980), *A Estátua-menir fálica de Chaves*, Porto, GEAP, “Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto”, nº 6.
- Jorge, V. O., Jorge, S. O., Sanches, M. J., Cunha-Ribeiro, J. P. (1981-82), Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta) – nótula arqueológica, *Portugalia, Nova Série*, vol. II/III, pp. 143 – 148.
- Jorge, V. O. e Jorge, S. O. (1983), Nótula preliminar sobre uma nova estátua-menir do Norte de Portugal, *Arqueologia*, 7, pp. 44 – 47.
- Jorge, V. O., Jorge, S. O., Costa, S. F. e Cleto, J. (1987), As mamoaas de Furnas (Serra da Aboboreira), *Arqueologia*, 16, pp. 19 – 39.
- Jorge, V. O. e Bettencourt, A. M. S. (1988 a), Sondagens arqueológicas na mamoa 1 de Chã de Parada (Baião, 1987), *Arqueologia*, 17, pp. 73-118.
- Jorge, V. O., Jorge, S. O., Baptista, A. M., Sanches, M. J., Silva, E. J. L., Cunha, A. L. (1988 b), O abrigo com pinturas rupestres de Fraga d’ Aia (Paredes da Beira – S. João da Pesqueira) – notícia preliminar, *Arqueologia*, 18, pp. 109 – 130.
- Jorge, V. O. e Jorge, S. O. (1990), Statues-menhirs et stèles du Nord du Portugal, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª série, vol. VII, pp. 299 – 333.
- Jorge, V. O. e Jorge, S. O. (1995), Portuguese rock art: a general view, *Iº Congr. Arqueologia Peninsular*, vol. VIII, Porto, SPAE, pp. 323 – 347.
- Jorge, V. O., Baptista, A. M., Silva, E. J. L. e Jorge, S. O. (1997), *As Mamoaas do Alto da Portela do Pau (Castro Laboreiro, Melgaço). Trabalhos de 1992 a 1994*, Porto, SPAE.
- Jorge, V. O. e Jorge, S. O. (2000), A “monumentalização” das paisagens durante a Pré-história: alguns contributos para um debate, *Era, Arqueologia*, 1, pp. 100 – 111.
- Jorge, V. O., Cardoso, J. M., Coixão, A. S. e Pereira, L. S. 2002, Castanheiro do Vento, and the significance of monumental, Copper and Bronze Age sites in northern of Portugal, *Monuments and Landscape in Atlantic Europe* (C. Scarre ed.), Londres, Routledge pp. 36-50.
- Martins, M. M. (1990), *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia do Curso Médio do Cávado*, Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- Martins, M. e Jorge, S. O. (1992), Substrato e área geográfica das etnias pré-romanas do Norte de Portugal, *Paleoetnología de la Península Ibérica* (dir. M. Almagro Gorbea et al), Madrid, Univ. Complutense, “Complutum”, nº 2, pp. 347 – 372.
- Meireles, J. (1992), *As indústrias líticas pré-históricas do litoral minhoto. Contexto cronoestratigráfico e paleoambiental*, Braga, “Cadernos de Arqueologia”, Monografias.
- Monteiro-Rodrigues, S. (2000 a), A estação neolítica do Prazo (Freixo de Numão – Norte de Portugal) no contexto do Neolítico antigo do Noroeste peninsular. Algumas considerações preliminares, *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*, Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. III, Porto, ADECAP, pp. 149 – 180.
- Monteiro-Rodrigues, S. (2000 b), A Pré-História Antiga da Região do Porto, *Al-Madan*, 2ª série, nº 9, pp. 74 – 78.
- Monteiro-Rodrigues, S. (no prelo), Os primeiros recolectores e caçadores (Paleolítico), *História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro* (coord. GEHVID), Porto.
- Monteiro-Rodrigues, S. e Cunha-Ribeiro, J. P. (1991), A estação paleolítica do Cerro – Madalena, Vila Nova de Gaia, Porto, *Revista da Faculdade de Letras, História*, 2ª série, vol. III, pp. 411 – 428.

- Sanches, M. J. (1988), O povoado da Lavra (Marco de Canaveses), *Arqueologia*, 17, pp. 125 – 134.
- Sanches, M. J. (1992), *Pré-história Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, Porto, GEAP, “Monografias Arqueológicas”, 3.
- Sanches, M. J. (1994), Megalitismo na Bacia de Mirandela, *Estudos Pré-Históricos*, vol. II, pp. 249 – 284.
- Sanches, M. J. (1995), O Povoado de Lavra, Serra da Aboboreira, *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Lisboa, SEC/IPM/MNA, p. 116.
- Sanches, M. J. (1996), *Ocupação pré-histórica do Nordeste de Portugal*, Zamora, Fundação Rei Afonso Henriques.
- Sanches, M. J. (1997), *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, 2 vols., SPAE, “Textos”, vol.1.
- Sanches, M. J. (2000 a), Reflexões sobre o povoamento do Neolítico inicial do Norte de Portugal (VI^a- IV^a mil. A. C.), *Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica*, Actas do 3^o Congr. de Arqueologia Peninsular, vol. III, Porto, ADECAP, pp. 181 – 200.
- Sanches, M. J. (2000 b), As gerações, a memória e a territorialização em Trás-os-Montes (V^a - II^a mil. A. C.). Uma primeira aproximação ao problema, *Pré-História Recente da Península Ibérica*, Actas do 3^o Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. IV, Porto, ADECAP, pp. 123 – 145.
- Sanches, M. J. (no prelo a), O Crasto de Palheiros, Murça (do Calcolítico à Idade do Ferro), *Portugalia, Nova Série*, vol. XXI – XXII (2000 – 2001).
- Sanches, M. J. (no prelo b), O Crasto de Palheiros (Murça – Trás-os-Montes). Interpretação dum sítio fundado nos alvares da metalurgia calcolítica e exposição dum novo programa de estudo e musealização, *Actas da Reunión Minería y Metalurgia de la Edad del Bronce. Una Revision desde el valle del Duero*, Zamora, 1 y 2 de Junio 2001, Instituto Rei Afonso Henriques.
- Sanches, M. J. (no prelo c), Dos caçadores-recolectores aos mais antigos agricultores (Mesolítico e Neolítico inicial), *História da Vinha e do Vinho do Vale do Douro*, (coord. GEHVID), Porto.
- Sanches, M. J. (no prelo d), Sobre a ocupação do neolítico inicial no Norte de Portugal, *Origens, Espaços e Contextos do Megalitismo*, Actas do 2^o Colóquio Internacional sobre Megalitismo (ed. V. S. Gonçalves), Lisboa, IPA.
- Sanches, M. J. e Jorge, V. O. (1987), A “estátua-menir da Bouça” (Mirandela), *Arqueologia*, 16, pp. 78 – 82.
- Sanches, M. J., Soares, A. M. e Alonso Mattheías, F. (1993), Buraco da Pala (Mirandela): datas de Carbono 14 calibradas e seu poder de resolução. Algumas reflexões, *I^o Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. I, Porto, SPAE, pp. 223 – 243.
- Silva, E. J. L. (1994), Megalitismo do Norte de Portugal: o litoral minhoto, *Estudos Pré-Históricos*, vol. II, pp. 157 – 169.
- Silva, E. J. L. (1997), O Recinto megalítico de S. Cristovão (Resende) – primeira notícia, *II^o Congr. Arqueologia Peninsular*, t. II, Zamora, Fundación Rey Afonso Henriques, pp. 217 – 220.
- Valera, A. C. (1999), The re-creation of territorialities and identities in the III millennium BC: research problems in Central Portugal, *Journal of Iberian Archaeology*, vol. 1, pp. 109 – 115.
- Valera, A. C. (2000), O fenómeno campaniforme no interior centro de Portugal: o contexto de Fraga da Pena, *Pré-História Recente da Península Ibérica*, Actas do 3^o Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. IV, Porto, ADECAP, pp. 269 – 290.

- Vernet, J. – L. (1986), Analyses anthracologiques des stations préhistoriques de Vinha da Soutilha (Mairos), Pastoria (Chaves) et Castelo de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar) in Jorge, S. O., 1986, *Povoados da Pré-História Recente da Região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar*, vol. I – B, Apêndice 4, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, pp. 1127 – 1131.
- Vernet, J. - L. e Figueiral, I. (1993), The highlands of Aboboreira (North-West Portugal): ecological conditions from middle/late Neolithic to early Bronze age. Evidence from charcoal analysis, *Oxford Journal of Archaeology*, 12 (1), pp. 19 – 28.